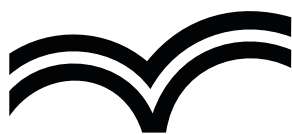


**MAIÊUTICA  
CIÊNCIAS  
HUMANAS E  
SOCIAIS**



**UNIASSELVI**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI**

Rodovia BR 470, Km 71, nº 1.040, Bairro Benedito

89084-405 - INDAIAL/SC

[www.uniasselvi.com.br](http://www.uniasselvi.com.br)

## **REVISTA MAIÊUTICA**

Maiêutica Ciências Humanas e Sociais

**UNIASSELVI 2019**

**Presidente do Grupo UNIASSELVI**

Prof. Pedro Jorge Guterres Quintans Graça

**Reitor da UNIASSELVI**

Prof. Hermínio Kloch

**Pró-Reitora de Ensino de Graduação Presencial**

Prof. Antonio Roberto Rodrigues Abatepaulo

**Pró-Reitora de Ensino de Graduação a Distância**

Prof.<sup>a</sup> Francieli Stano Torres

**Pró-Reitor Operacional de Graduação a Distância**

Prof. Érico Coelho Ribeiro

**Pró-Reitor de Pós-Graduação**

Prof. Carlos Fabiano Fistarol

**Editor da Revista Maiêutica**

Prof. Luis Augusto Ebert

**Comissão Científica**

Prof. Ma. Andrea Machado

Prof. Ma. Graciela Márcia Fochi

Prof. Me. Paulo César dos Santos

Prof. Me. Thiago Rodrigo da Silva

**Editoração e Diagramação**

Equipe Produção de Materiais

**Revisão Final**

Equipe Produção de Materiais

**Publicação *On-line***

**Propriedade do Centro Universitário Leonardo da Vinci**

# Apresentação

---

A revista Maiêutica dos cursos de Ciências Humanas e Sociais é uma publicação anual de caráter científico do Centro Universitário Leonardo DaVinci. Idealizada em 2013, a Maiêutica tornou-se realidade em 2014, com sua primeira edição, tratando especificamente de artigos produzidos pelos acadêmicos e professores (especialistas, mestres e doutores) dos cursos de Filosofia, Ciência Política e Teologia. Neste primeiro momento, este periódico tinha o objetivo único de abrigar esses artigos, como uma espécie de repositório.

Hoje, em sua quarta edição a nossa revista Maiêutica apresenta à sociedade acadêmica artigos e resenhas de temas distintos, porém todos inseridos no âmbito dos conteúdos programáticos dos cursos de Sociologia, Filosofia, Ciência Política e demais produzidos na área das ciências humanas e sociais. A meta deste periódico é articular iniciação científica, extensão e ensino, publicando trabalhos de docentes e discentes, abrangendo produção de iniciação científica, monografias, artigos científicos, artigos de revisão, resenhas, anais e outras modalidades de trabalhos acadêmicos que reflitam as possibilidades de fazer ciência, praticados e pretendidos pela Uniasselvi no âmbito das ciências humanas e sociais.

Desta forma, a revista busca o desenvolvimento da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, transdisciplinaridade e seus múltiplos diálogos e verticalidades. Nesse sentido, a revista está aberta a ideias e a abordagens emergentes, criando laços entre o conhecimento e a sociedade.

Por este motivo a revista Maiêutica de Ciências dos cursos de Ciências Humanas e Sociais agradece aos seus colaboradores, desejando-lhes inspiração e aprofundamento nas pesquisas, esperando o crescimento de todos, o reconhecimento da qualidade de suas produções e a inserção de novos saberes no âmbito das ciências humanas e sociais.

**Professora Luciane da Luz**  
**Coordenação**





## SUMÁRIO

### **DIREITOS HUMANOS: a constante busca por dignidade**

#### **Human rights: the constant search for dignity**

Bruno Cesar Cechet

Rosângela Fabiciack ..... 7

### **UMA ANÁLISE SOBRE A VISÃO ÉTICA E POLÍTICA DE JEREMY BENTHAM**

#### **An analysis of Jeremy Bentham's ethical and political vision**

Bruno Cesar Cechet

Jairo Demm Junkes

Claudia Rejane Nogueira Siqueira Junkes ..... 13

### **A COMUNICAÇÃO E A LINGUAGEM NA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO**

#### **Communication and language in curriculum building**

Guilherme Garcia da Silva

Rodrigo Petry ..... 19

### **O CONTEXTO FILOSÓFICO E SOCIAL NO BRASIL**

#### **The philosophical and social context in brazil**

Cleodir Luiz Pisetta

Marcides Victor Klitzke ..... 23

### **PROFISSÃO DOCENTE: O IMORTAL SEM PEDESTAL**

#### **Teaching profession: the immortal without pedestal**

Dirceu Ribeiro ..... 31

### **FILOSOFIA, ÉTICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

#### **Philosophy, ethics and sustainable development**

Rafael Gonçalves Barboza ..... 41

### **A PROSTITUIÇÃO SEGUNDO BERTRAND RUSSELL**

#### **The prostitution according Bertrand Russell**

Jairo Demm Junkes

Cláudia Rejane Nogueira Siqueira Junkes ..... 49



# DIREITOS HUMANOS: a constante busca por dignidade

## Human rights: the constant search for dignity

Bruno Cesar Cechet<sup>1</sup>

Rosângela Fabiciack<sup>1</sup>

**Resumo:** Temos por objetivo, por meio deste trabalho, apresentar o desenvolvimento dos direitos humanos, desde seus primeiros passos até seu estágio atual, apresentando sua importância na promoção da dignidade do ser humano. Utilizou-se pesquisas, contendo como alicerce uma fundamentação teórica que nos auxiliou a chegar nos resultados que obtivemos e podemos concluir que os direitos humanos são de suma importância para o homem, pois, juntamente com a constituição, deve haver leis, regras, bases que nos auxiliem para termos a melhor forma de integrar toda a sociedade de forma digna e justa.

Palavras-chave: Direitos humanos. Constitucionalismo. Neoconstitucionalismo.

**Abstract:** We aim through this paper to present the development of human rights, from its first steps to present stage, presenting the importance in the promotion of human dignity. Research was used, containing as a foundation a theoretical foundation that helped us arrive at the results we obtained, and we can conclude that human rights are very important to man, because there must be, along with the constitution, laws, rules, foundations that help us to have the best way to integrate the whole of society in a dignified and fair manner.

Keywords: Human rights. Constitutionalism. Neoconstitutionalism.

### Introdução

Possuir vários direitos nos parece algo normal, mas não notamos o valor que isso nos proporciona e sua importância para a nossa dignidade. Porém, por muito tempo esses direitos não foram respeitados, suas crenças, ideologias, ambições, passaram por cima do homem, tirando sua liberdade, princípios e principalmente sua subjetividade. As guerras, que fomos reféns, serviram para apresentar o que não queríamos novamente, medidas precisavam ser tomadas então surgiram os direitos humanos, para trazer dignidade aos povos.

Nossa pesquisa busca apresentar tal cronologia — desde a ONU (1945), passando pelas Cartas de 1948, até aos processos atuais de neoconstitucionalismo e transconstitucionalismo e sua busca para garantir que o homem possa ter seus direitos garantidos. Buscando apresentar como nosso país encara tal desafio e que medidas tomar para que tais direitos sejam cumpridos.

### Desenvolvimento

Nem sempre tivemos nossos direitos garantidos, já fomos escravizados, torturados, não tínhamos direito ao voto, moradia, qualidade básica de vida, enfim, a dignidade não existia. Guerras existiram e nos fizeram reféns de ideologias, nas quais notamos as maiores barbáries contra os seres humano, intolerância a outras crenças, sexualidade, religião. Então, após esse período de caos, chegou o momento em que decidiram que a covardia dos governos perante os povos deveria ser contida, tratar homens como indivíduos, visando trazer dignidade para todas as pessoas.

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC. Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: [www.uniasselvi.com.br](http://www.uniasselvi.com.br).

Neste primeiro momento falaremos sobre A Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma carta criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. Este documento apresenta 30 artigos que foram um retrato desse momento pós-guerra. Antes de dar início ao estudo da carta, cabe a nós voltar alguns anos, pois ela não surgiu de um dia para outro. Alguns organismos e instituições anteriores tiveram o mesmo intuito da ONU (1945) que é lutar contra a violência e os abusos que ocorreram através do imperialismo. Uma das principais organizações que visava a melhoria da vida humana, fundada por Henri Dunant, em 1863 foi a Cruz Vermelha.

Entre muitos homens e mulheres que não compactuavam com a violência que o imperialismo gerou, surgiu uma convicção de que seriam necessários organismos internacionais para limitar as ações de violência. Uma das principais instituições a surgir foi a Cruz Vermelha Internacional. Fundada por Henri Dunant, em 1863, esta instituição foi uma das principais a socorrer os feridos das guerras mundiais (SILVA, 2012, p. 4).

Houve também a chamada Convenção de Genebra, em que as forças armadas deveriam obedecer às convenções internacionais e respeitar os civis na violência entre os militares. Após o fim da Primeira Guerra Mundial, o então presidente dos Estados Unidos, Thomas Woodrow Wilson, estabeleceu os 14 pontos de Wilson. Dentre estes pontos estava o de criar uma organização internacional que fosse um árbitro nas questões políticas e jurídicas, porém, não houve a aprovação de sua ideia. Somente em 1945, com Eleanor Roosevelt, que esta Organização foi criada. Dentre os mais importantes líderes deste grupo estava o brasileiro Oswaldo Aranha, e sob a liderança dele foi assinado Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Agora que já conhecemos um pouco sobre a história e de onde veio este interesse em aliar e dar direitos e dignidade a todos os povos, vamos conhecer um pouco sobre o que a carta nos traz. Vale ressaltar, a carta não foi um tratado, os países participantes não aceitaram uma lei imposta, foi um consenso entre ambos. Ela nos apresenta que todos nós nascemos livres e portadores de direitos, livre vontade de escolha para seguir uma religião, opção sexual, política etc., e que não devemos ser julgados ou sofrer repressão por isso. Apesar de ainda hoje existirem casos de trabalho escravo e privação de liberdade, está garantido no Artigo 4 que “Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas” (UNESCO, 2009, p. 5).

Entre outros pontos que a carta nos apresenta, há também o que cita que todos somos iguais perante as leis, indiferente de qualquer circunstância, e que também possuímos uma audiência justa e pública, sem ser exilado ou torturado. Assim, caso esteja sendo perseguido, tem o direito de buscar asilo em outro país. Também é importante saber que todos temos direito a lazer e horas de serviço limitadas e remuneradas. Até nosso bem mais precioso está garantido, nossa educação em graus elementares e fundamentais. Mas acima de tudo o Artigo 21 nos apresenta que:

1. Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
2. Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.
3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto (UNESCO, 2009, p. 11).

## **Os direitos humanos no Brasil**

Como já mencionamos o Brasil sempre esteve entre os principais países apoiadores da ONU e dos direitos humanos, então, vale ressaltar sua busca por melhores formas de aplicar esses direitos. Atualmente, ouvimos muitas pessoas falarem que os direitos humanos só servem



para bandidos, mas será mesmo? Vamos lá, esta é uma suposição errada, pois os direitos humanos não consistem em defender um ou outro, mas a sociedade em geral, por vezes parece que atuam somente a favor de devidas situações, mas vale lembrar que se você tem direito ao trabalho remunerado, a voto, saúde, educação, entre outros, é devido também aos direitos humanos. Talvez esses direitos não fiquem tão explícito para quem não tem um conhecimento prévio, da mesma forma que uma pessoa pode também utilizar dos direitos humanos para cometer um crime, utilizando-o como escudo. Deste modo, podemos notar que o sistema jurídico pode cometer falhas, ou estar desatualizado em relação a algumas atitudes.

Dentre as várias Constituições que tivemos 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969, nossa atual (1988) é a que mais abrange os direitos humanos, pois “A partir dela, os direitos humanos ganham relevo extraordinário, situando-se sobre a Carta de 1988 como o documento mais abrangente e pormenorizado sobre os direitos humanos jamais adotado no Brasil” (PIOVESAN, 2010, p. 24). Também a contar da nossa atual constituição, houve um maior desenvolvimento de direitos e garantias fundamentais, os direitos fundamentais são elaborados a partir dos direitos humanos, mas visando a questão histórico-cultural do país.

A importância da Constituição de 1988 pode ser observada nas palavras de Piovesan, pois segundo a autora:

Preliminarmente, cabe considerar que a Carta de 1988, como marco jurídico da transição ao regime democrático, alargou significativamente o campo dos direitos e garantias fundamentais, colocando-se entre as Constituições mais avançadas do mundo no que diz respeito à matéria (PIOVESAN, 2010, p. 25).

Após sairmos de um período de Ditadura Militar (1964-1985) precisávamos de leis que nos garantissem dignidade e este foi o principal foco, trazer dignidade aos povos, não somente o Brasileiro. Com este pensamento houve uma aproximação com o pensamento kantiano, no qual o ser humano não é um meio para algo, e sim único e insubstituível, possuindo um fim em si mesmo. A dignidade humana seria o princípio da constituição, visando as questões morais e sua universalidade, “Consagra-se, assim, a dignidade humana como verdadeiro superprincípio, a orientar tanto o Direito Internacional como o Direito interno” (PIOVESAN, 2010, p. 30).

De acordo com o que foi citado, os direitos fundamentais são voltados à questão histórico-cultural de nosso país, por isso podemos perceber particularidades em nossa constituição, determinando diversas ações. Temos leis, códigos e estatutos. Seus desdobramentos, como capítulos, artigos, incisos, parágrafos, alíneas e as jurisprudências. Podemos notar as variadas ações que são encontradas na Constituição de 1988 que visam trazer dignidade a todos os cidadãos, fazendo esta relação com os direitos humanos. Mas como pode os direitos humanos trazerem dignidade a todos os povos, se nem todos os povos ou pessoas possuem instituições que garantam a efetivação de seus direitos?

seguir falaremos sobre o constitucionalismo-contemporâneo ou pós-positivismo mais conhecido como neoconstitucionalismo, pouco difundido no meio social. Este é um movimento que busca trazer em seus princípios a constituição como centro de ordenamento jurídico, irradiando seus poderes por toda a esfera social, entre estado e sociedade. Trazendo consigo os direitos fundamentais como seu alicerce,

[...] é a normatividade das disposições constitucionais, sua superioridade hierárquica e centralidade no sistema e, do ponto de vista material, a incorporação de valores e opções políticas, dentre as quais se destacam, em primeiro plano, aquelas relacionadas com os direitos fundamentais (BARCELLOS, 2005, p. 89).

Iniciado juntamente com a Constituição Federal de 1988, partindo de uma maior eficácia em nosso documento político-jurídico, valorizando os direitos fundamentais, dando ênfase aos direitos educacionais, sociais e da saúde. Tornando objetivos centrais para desenvolver a dignidade humana. Juntamente com as Políticas Públicas desenvolvem de forma sistemática, visando assegurar determinado direito à cidadania, de forma difusa ou para determinados seguimentos, como cultural, social, econômico ou ético, de forma constitucional.

Como sabemos, nosso Poder Político é dividido em três ramos, Legislativo, Executivo e Judiciário, os quais se encarregam de elaborar leis, administrar órgãos públicos e julgar, respectivamente. E esta divisão fica submetida a regras jurídicas, “O ‘Estado de Direito’ significa, simplesmente, o Estado no qual o exercício do poder político está submetido a regras jurídicas” (BARCELLOS, 2005, p. 91). Entre as regras jurídicas, há Cláusulas Pétreas, ou seja, regras que são imutáveis, nas quais estão os direitos e garantias individuais, que não podem ser retiradas pelos poderes políticos,

Nada obstante, quando a Constituição consagra cláusulas pétreas - que, na Carta de 1988, incluem os direitos fundamentais (CF, art. 60, § 4º, IV) -, nada há que o poder político ordinário possa fazer acerca de tais normas, salvo submeter-se. Com efeito, na visão substancialista referida acima, esse conjunto de normas constitucionais imodificáveis constitui justamente um núcleo mínimo de decisões que deve ser observado por qualquer grupo político no poder, sobretudo no que diz respeito aos direitos fundamentais. (BARCELLOS, 2005, p. 91)

Vale ressaltar que nosso país está em constante busca para se adequar aos tratados internacionais, e será discutido a seguir com o tema **transconstitucionalismo**.

Após o fim da Guerra Fria houve uma segunda revolução dos direitos humanos, partindo da consolidação e reafirmação dos direitos. “Como tema global, os direitos humanos passam a ser preocupação legítima da comunidade internacional” (PIOVESAN, 2010, p. 292). O Brasil teve sua iniciação no processo de incorporação com a ratificação, em 1984, da eliminação a discriminação contra mulher e, logo após a Constituição de 1988, vários outros, como a tortura de 1989, entraram neste processo.

Os direitos humanos constitucionais são adotados formalmente como emendas na Constituição, passaram a integrar de forma regular com o texto Constitucional. Os tratados de direitos humanos passaram a integrar de forma automática o Direito brasileiro e são tratados de forma hierárquica aos direitos tradicionais. Segundo o art. 5, parágrafo 2º da Constituição brasileira (BRASIL, 1988) nos traz que os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem os tratados que vem como norma suprallegal, fazendo com que esses tratados adquiram a mesma obrigatoriedade. Já no parágrafo 3º, do mesmo artigo, diz que aprovado por três quintos dos respectivos membros, serão equivalentes a emenda constitucional. “Isto é, a soberania do Estado brasileiro fica submetida a regras jurídicas, tendo como parâmetro obrigatório a prevalência dos direitos humanos” (PIOVESAN, 2010, p. 266). Desta forma os tratados internacionais e tradicionais se complementam, e ocorre um equilíbrio e reciprocidade entre os Estados pactuantes.

Com essas inovações e progressos na nossa constituição visaram compor uma imagem positiva no contexto internacional, além da proteção do Estado e agora de um órgão internacional lhe trazendo mais direitos. Diante desta interação, o país assume à comunidade internacional a obrigação de manter e desenvolver o Estado Democrático de direito e proteger, em situações nas quais hajam agravantes políticos e militares, manter um núcleo de direito básico e ainda aceitar ser supervisionado por um órgão internacional, onde fiscaliza e controla suas ações.

Vale ressaltar que, desde o ano de 1970, o Brasil já sofreu punições pelos casos de tortura, no período militar, violação dos direitos dos povos indígenas, rural, policial, criança e

adolescente, discriminação racial etc. “O sistema internacional, como garantia adicional de proteção, institui mecanismos de responsabilização e controle internacional, acionáveis quando o Estado se mostra falho ou omissivo na tarefa de implementar direitos e liberdades fundamentais” (PIOVESAN, 2010, p. 354).

Outro ponto que vale ressaltar são os direitos como forma universal, como teriam, todos os povos, esses direitos garantidos? Se é um consenso do país perante a ONU, não tendo uma obrigatoriedade a ser cumprida, além da falta de informação por pessoas que não conhecem e não possuem acesso a tais informações. Bem como questões culturais que dificultam a aplicação de tais regras.

Órgãos não governamentais podem fazer petições ou denúncias de violação de direitos. O nosso país busca conciliar, e, sempre que possível, tornar válido os acordos, para que haja um aprimoramento nos direitos fundamentais, se adequando e tornando mais fácil a vistoria dos órgãos internacionais.

### **Considerações finais**

Diante do assunto apresentado, podemos notar a importância dos direitos humanos para o desenvolvimento da dignidade do homem, e a constante busca por desenvolver estes direitos, buscando torná-los vigentes. Nosso país foi um dos pioneiros ao adotar esses direitos, e sempre incorporará-os ao nosso processo histórico-cultural e à nossa Constituição. Renovando-se e adequando-se aos parâmetros internacionais e sendo vistoriado por tal. Porém, vale lembrar que apesar da incessante busca para haver direitos a todos, muitos pontos devem ser aprimorados e revistos.

Ademais, por se tratarem de acordos internacionais, não há uma obrigatoriedade de tais compromissos, e, no caso de nosso país, uma vigilância severa para ver se tais direitos estão sendo respeitados e seguidos. Pois, constantemente, ouvimos casos de trabalho infantil, abusos e demais barbáries que tiram a dignidade de pessoas. Para concluirmos, temos que mencionar que não basta haver somente os direitos humanos, mas sim leis que auxiliem tais direitos e façam que a justiça prevaleça em nosso país, havendo punições justas, desta forma, a dignidade e o espírito de justiça possam permanecer na sociedade.

### **Referências**

BARCELLOS, A.P. Neoconstitucionalismo, direitos fundamentais e controle das políticas públicas. **Revista de Direitos Administrativos**. Rio de Janeiro, v. 240, p. 84-103, 2005. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/43620/44697>. Acesso em: 17 maio 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 maio 2019.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, R. **Direitos humanos: a carta de 1948 e suas consequências**. Indaial: UNIASSELVI, 2011.

UNESCO. **Declaração universal dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. 17 maio 2019.

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.



# UMA ANÁLISE SOBRE A VISÃO ÉTICA E POLÍTICA DE JEREMY BENTHAM

## An analysis of Jeremy Bentham's ethical and political vision

Bruno Cesar Cechet<sup>1</sup>

Jairo Demm Junkes<sup>1</sup>

Claudia Rejane Nogueira Siqueira Junkes<sup>1</sup>

**Resumo:** O filósofo britânico Jeremy Bentham ficou conhecido por ser um dos desenvolvedores do utilitarismo, linha filosófica que busca, através do princípio da utilidade, demonstrar qual a melhor forma de elaborar as leis. Bentham tem um pensamento emblemático acerca do gênero humano sob a soberania da dor e do prazer, tópico que será desenvolvido mais adequadamente no contexto deste trabalho.

Palavras-chave: Bentham. Ética. Moral. Leis. Utilitarismo.

**Abstract:** The British philosopher Jeremy Bentham was known to be one of the developers of utilitarianism, a philosophical line that seeks, through the principle of utility, to demonstrate the best form of elaboration for the laws. Bentham has an emblematic thought about the human race under the sovereignty of pain and pleasure, a topic that will be better developed in the context of this work.

Keywords: Bentham. Étic. Moral. Low. Utilitarianism.

### Introdução

Nascido em Londres, em 15 de fevereiro, no ano de 1748, Jeremy Bentham desde sua infância apresentava uma inteligência acima da média, com três ou quatro anos já sabia ler grego e latim, e quando contava cinco anos, era chamado “Jeremy, o filósofo”. Em 1763, bacharelou-se e, no mesmo ano, ingressou em direito em Lincoln's Inn, para estudar a mesma profissão de seu pai. Apesar de seus estudos referentes à área, jamais atuou. No ano de 1776, escreveu seu primeiro livro, Um Fragmento sobre o Governo, já em 1811 escreveu seu livro em francês, Teoria dos Castigos e das Recompensas. Durante uma visita a seu irmão, Samuel Bentham, na Rússia, ele escreveu Defesa da Usura (1787).

Voltando da Inglaterra, por volta de 1788, pretendia se candidatar a alguma função política, mas desanimado por possuir poucas possibilidades nesse meio, buscou estudar a legislação, na qual realizou sua maior obra, Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação, em 1789, livro que ganhou sucesso na cidadania francesa. Além dos seus diversos feitos, batalhou pela reforma constitucional na Inglaterra, que acabou se realizando no ano de sua morte. Bentham faleceu em 6 de junho de 1832, em Queen's Square, aos 84 anos de idade, cercado pelos amigos e discípulos, que continuaram a desenvolver o utilitarismo .

Bentham desenvolveu essa linha de pensamento utilitarista tendo como ponto de partida o Direito Natural, já que discordava desta forma de direito, alegando que não havia consistência nas afirmações de obediência a um príncipe, pois não há como provar um contrato entre ambos e, também, havendo contrato estaria a obrigatoriedade de se cumprir algum compromisso. Partindo disto, seria plausível o contrato trazer benefícios à população. Sua obediência perante o estado se dá na medida que ele o torna necessário e benéfico e a felicidade causada pela obedi-

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSSELVI. Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC. Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

ência é mais satisfatória que a desordem. Deve-se analisar os prazeres e as dores para observar qual a atitude seria a mais viável para a satisfação pessoal e coletiva, na qual a experiência prova se uma instituição é útil ou não.

No decorrer deste artigo, analisaremos os princípios contrários ao Utilitarismo, que nos remetem ao ascetismo, que seria a diminuição dos prazeres. Serão contemplados também o princípio da simpatia e da antipatia, em que estariam relacionando-se com tal objetivação, que lhe traria mais simpatia e lhe agradasse. Veremos as dores e os prazeres, analisando se tais prazeres têm duração, intensidade, certeza ou incerteza, proximidade, fecundidade e pureza, além das sanções.

Observou-se as ações que acarretaram as punições, conseqüentemente, resultando em dores, analisando como deve-se agir em tais situações e como um legislador deve seguir conforme cada atitude, gerando punições e formas de evitá-las.

A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a dor e o prazer. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos. Ao trono desses dois senhores está vinculada, por uma parte, a norma que distingue o que é reto do que é errado, por outra, a cadeia das causas e dos efeitos (BENTHAM, 1984, p. 3).

Neste contexto, iniciam-se os estudos sobre Bentham. Como pode-se notar, sua mensagem é bem impactante, devido ao seu grau afirmativo, dizendo que somente estes dois fatores devem ser considerados, sendo os senhores de todas as ações. Notou-se também que as ações retas, ou corretas, são aquelas que nos dão mais prazer, seguindo também o princípio do que gera mais prazer para o maior número de pessoas.

Tornamos nossas ações medidas pela maximização de prazer e, conseqüentemente, pela minimização de dor, sempre buscando ações particulares, como sociais, em prol de tal maximização. Assim, nossa fonte de estudo será a prática Utilitarista, sendo visto como tais senhores entram para nos indicar e apresentar quais as melhores medidas a serem tomadas.

## Utilitarismo

Tomando como base sua teoria, Bentham utiliza a dor e o prazer como alicerces, guiando suas atitudes a partir destes dois caminhos, como ele afirma, os dois senhores. Para exemplificar tal princípio e a forma como o autor apresenta o tema, apresentaremos uma breve passagem, na qual esclarece acerca da forma de se posicionar a respeito da sua linha de pensamento. Jeremy Bentham (1984, p. 4) refere-se ao princípio da seguinte maneira:

Por princípio da utilidade entende-se que aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem a aumentar ou diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo, ou, o que é a mesma coisa em outros termos, segundo a tendência a promover ou a comprometer a referida felicidade. Digo qualquer ação com o que tenciono dizer que isto não vale somente para qualquer ação de um indivíduo particular, mas também de qualquer ato ou medida do governo.

O prazer do indivíduo será a máxima de seu agir, buscando em todas as ações tomadas a maximização de seus prazeres e suas atitudes voltadas para tal, o principal interesse é o próprio prazer. No entanto, Bentham não impede que o indivíduo busque o prazer próprio pensando no bem maior coletivo, em que a felicidade do outro será também a sua.

Os motivos serão sociais ou parcialmente sociais, sendo em forma de autointeresse, ou seja, seu interesse em prol da sociedade, um bem para si e para o próximo. No caso do governo,

a maximização do prazer tem que ser pensada em prol do povo e deve abranger o maior número de pessoas possíveis, tornado o interesse particular do legislador o interesse de todos, que será benéfico tanto para ele quanto para o povo, pois ambos são um só.

A felicidade do grupo consiste na soma dos interesses, pois a sociedade é um corpo fictício e seus membros tem que estar em sintonia, para compreender os desejos de uma sociedade necessita-se compreender os prazeres do indivíduo, sua necessidade seria o aumento de seus prazeres ou a diminuição das suas dores. Bentham afirma que, mesmo inconscientemente, o homem utiliza-se do princípio da utilidade para tomar suas decisões, passando muitas vezes sem refletir sobre sua atitude. A qualidade mais rara seria a coerência e a constância na hora de pensar e agir.

Em virtude da própria constituição natural da estrutura humana, na maioria das ocasiões da sua vida, os homens geralmente abraçam este princípio sem pensar explicitamente nele: se não para orientar a sua própria conduta, pelo menos para julgar as suas próprias ações, bem como as dos outros (BENTHAM, 1984, p. 5).

Uma ação reta quando baseada na prática utilitária tende a ser uma ação correta, pois visa ao aumento de seu prazer, isso se torna um guia para verificar suas ações, quando se torna uma ação que diminua o prazer, é uma ação maléfica. Segundo Dias (2006, p. 37), “[...] o princípio de utilidade é aquele que reconhece a justeza de uma ação de acordo com suas consequências”.

### **Princípios contrários**

Bentham acreditava que seria possível se diferir da prática Utilitarista, utilizando de duas formas, a primeira seria do Ascetismo, em que, diferentemente do Utilitarismo, dispõe de meios para diminuir seus prazeres, muitas vezes as dores se tornam seus meios de expressão, como em casos religiosos, que diminui sua satisfação carnal, purificação da alma em prol de um bem maior, salvação, havendo meios como as penitências, “[...] isto, contudo, de maneira inversa ao que ocorre no princípio da utilidade, pois o do ascetismo aprova as ações na medida em que elas tendem a diminuir a felicidade da parte em questão, desaprovando-as na medida em que tendem a aumentá-la” (BENTHAM, 1984, p. 8).

Diferentemente do Utilitarismo, o Ascetismo não poderia ser uma prática seguida constantemente, pois mesmo que apenas uma pequena parte da população mundial a seguisse seria extremamente complicado, seria uma abdicação dos prazeres do corpo e a salvação da alma. Uma outra teoria, mas que é uma derivação desta anterior, é a vontade de Deus, que deveria ser corretamente seguida, com base no princípio que uma atitude correta é uma atitude indicada pela vontade dele. Fazendo-se assim, um círculo, que se verificaria o que é uma atitude correta e o que seria correto pela vontade de Deus.

No entanto, esta teoria apresenta falhas na sua composição, pois a vontade de Deus é uma vontade presumida, isto é, o que se presume através de escritos. Os teólogos naquele tempo afirmavam que as escrituras sagradas consistiam de várias interpretações, então não teria um motivo para um gozo e sim um meio para se chegar à salvação divina, esta salvação divina se diferencia da socrática, que buscava uma purificação da alma para chegar à virtude e à ética.

Em verdade, com este meu caminhar não faço outra coisa a não ser convencer-vos, jovens e velhos, de que não deveis vos preocupar nem com o corpo, nem com as riquezas, nem com qualquer outra coisa antes e mais que com a alma, a fim de que ela se torne excelente e muito virtuosa, e de que das riquezas não se origina a virtude mas da virtude se originam as riquezas e todas as outras coisas que são venturas para os homens, tanto para os cidadãos individualmente como para o Estado (PLATÃO, 2000, p. 82).

A segunda forma constata o princípio da simpatia e antipatia, na qual refere-se a ter uma simpatia ou antipatia para tomar qualquer decisão, sem ter um motivo em si, algo que já possui um sentido intrínseco, gerando seu próprio valor. Bentham afirma que não há consistência em uma teoria como esta que não tem um objetivo externo e se torna algo mais verbal do que real. “Ora, tal expectativa não se cumpre em uma proposição que não faz nada mais nem nada menos do que considerar cada uma dessas convicções como fundamento e norma em si mesma” (BENTHAM, 1984, p. 9).

Acredita-se também que tal teoria falhe pela rigorosidade, pois a simples aprovação ou desaprovação pode causar conflito no julgamento, quando uma atitude é rigorosamente desaprovada causando mais dano que a atitude em si, pelo simples fato de seu gosto ou opinião, causando, assim, mais punição que o necessário, devido a este conflito de interesses pessoais.

## **Dor e prazer**

Acerca do contexto de dor e prazer, Bentham contempla que “entretanto, quer seja isto, quer seja aquilo que na realidade deve ser feito, não existe nada em virtude do qual um homem possa em última análise ser moralmente obrigado a fazê-lo, senão em virtude de um destes dois fatores: ou a dor ou o prazer” (BENTHAM, 1984, p. 13). Notamos que a base de sua teoria se refere a estes dois elementos, porém há quatro fontes que derivam destes prazeres e que são mediadores deles.

A seguir falaremos sobre os quatro mediadores, que são a fonte física, política, moral e religiosa. Todos os prazeres e dores quando ministradas em prol desses grupos podem ser consideradas sanções. A sanção física é aquela que não sofre interferência humana, ou mesmo, divina, seguindo o curso da vida ou da natureza. As sanções que sofrem interferência de alguém particular ou do Estado, que são premeditadas visando ao meio administrativo da sociedade, são consideradas sanções políticas. Por fim, a sanção religiosa, na qual a vida atual ou futura sofre a influência de um ser invisível.

Bentham nos apresenta duas formas de sofrimento, calamidade e castigo, nas quais podemos notar que quando se trata de um acontecimento natural, acidental, refere-se a uma calamidade; por outro lado, se for fruto de uma desatenção, imprudência da pessoa, reporta-se a um castigo. A sanção física rege as demais, pois através dela pode-se adquirir as dores e os prazeres, ela é o fundamento das outras sanções, podendo ela se consumir sozinha.

Suponhamos que os bens de uma pessoa, ou a própria pessoa, são consumidos pelo fogo. Se isto lhe ocorreu acidentalmente, foi uma calamidade; se foi devido a sua própria imprudência (por exemplo, pelo fato de haver descuido de apagar a vela). Podemos chamar a ocorrência de castigo ou punição da sanção física; se o fato ocorreu em consequência de uma decisão do magistrado político, temos uma punição derivante da sanção política, ou seja, o que costumeiramente se denomina uma punição; se a ocorrência se deve ao fato de que o seu próximo lhe negou uma ajuda por desaproveitar o seu caráter moral, estamos em face de uma punição que emana da sanção moral; se o fato se deve a um ato imediato da desaprovação de Deus, manifestada em razão de algum pecado cometido pela pessoa, teremos uma punição proveniente da sanção religiosa (BENTHAM, 1984, p. 14).

O legislador é aquele que verificará através de si mesmo os prazeres que tais ações acarretarão, deve tomar por princípio a intensidade, a duração, a certeza ou incerteza, a sua proximidade no tempo ou sua longitude e, quando sua intenção for avaliar qual o ato que a produziu, deve-se somar a sua fecundidade e a sua pureza. A duração refere-se ao tempo que tal objeto ou ação durou; a certeza ou incerteza reside no fato de obter, agindo ou não, a tal respeito; a intensidade e a pureza não se pensa a respeito, pois não se sabe o quanto pode ser estimado pela pessoa, variando de cada particular adentrar em tal prazer ou dor.



Tendo em vista os sentimentos de prazer e dor como aquilo que governa as ações humanas, o autor descreve o princípio da utilidade como aquele que reconhece a sujeição do indivíduo a estes sentimentos e tem o objetivo de colocá-los como fundamento para a construção de um corpo teórico que vise a melhor sociedade possível (DIAS, 2006, p. 36).

No elenco dos motivos bons poderiam ser colocados os termos: 1) boa vontade ou benevolência; 2) amor a reputação; 3) desejo da amizade; 4) religião. No catálogo dos motivos maus seria colocado: 5) desgosto ou descontentamento. Nos motivos neutros ou indiferentes seria contemplado: 6) desejo físico; 7) interesse pecuniário; 8) amor ao poder; 9) autopreservação (BENTHAM, 1984).

Vale ressaltar que um tabelamento objetivo pode causar equívocos devido a sua nomenclatura e gerar outras interpretações, além da vontade individual e de ser responsável pelas interpretações. Para se tabelar devidas ações, requer avaliar os efeitos individualmente partindo da intenção, ou seja, quando um motivo é bom sua intenção é boa, quando um motivo é mau sua intenção é má.

### **Punições**

Todo ato gera uma consequência, boa ou ruim, como sabemos todas punições vêm de um ato maléfico, pernicioso, gerando descontentamento pessoal e social, mas há casos que tais punições são cometidas erroneamente, partindo do princípio moral. Uma punição seria cometida se visasse evitar um mal maior.

Acercas dos casos que não devem ser punidos pode-se ressaltar: quando não houver motivos para tal punição, sendo que seu ato não gere prejuízos; quando a punição é ineficaz, não evitando o prejuízo que venha a ocorrer; quando a punição for inútil, ou no caso, ela ser mais prejudicial do que se pretende evitar; quando a punição for supérflua, ou seja, quando ela se cessaria naturalmente, não havendo necessidade de tal punição.

O princípio das leis é evitar prejuízos e, para isso, o legislador tem em vista quatro princípios, com base no pensamento de Bentham. Deve-se evitar qualquer tipo de crime ou ofensa, visando sempre que não haja possibilidade de se cometer crime algum, partindo do pressuposto de que o crime é menos benéfico que a punição, pois seria injusto com quem foi roubado ou prejudicado que o seu malfeitor receba uma punição tão fraca a ponto de estimulá-lo a fazê-lo novamente, ou seja, será causada uma punição injusta que não compensa ser aplicada.

Se for impossível que a pessoa cometa um crime, ele deve ser o menos pernicioso, isto é, um crime que supra sua necessidade causando o menor dano, analisando com antecedência as punições que advêm do crime e optando pelo que menos causará punições, “quanto maior for o prejuízo derivante do crime, maior será o preço que pode valer a pena pagar no caminho da punição” (BENTHAM, 1984, p. 61).

Caso uma pessoa cometa algum crime, tende-se induzir a cometer o crime menos prejudicial, tornando seu crime satisfatório a seu interesse. Segundo Bentham (1984, p. 62), “quando houver dois crimes em concorrência, a punição estabelecida para o crime maior deve ser suficiente para induzir uma pessoa a preferir o menor. A punição não deve, em caso algum, ser maior do que for necessário para que esta seja conforme as normas aqui indicadas”.

### **Considerações finais**

Com base no trabalho apresentado, nota-se a importância do respectivo tema e sua linha de pensamento contribuinte tanto para o pensamento filosófico quanto para o desenvolver jurí-

dico. Bentham apresenta as teorias que são diferentes da sua, como o Ascetismo e a Simpatia e Antipatia, mostrando os pontos fracos de ambas teorias e explicando através de exemplos quais a sua predomina.

Notamos que o ponto chave de sua teoria são as dores e os prazeres, sendo os norteadores do seu pensamento Utilitarista, partindo da própria satisfação, maximizando o prazer e diminuindo as dores. O indivíduo age sempre de acordo com o seu princípio, mesmo que de forma inconsciente, pois sempre busca agir para sua própria satisfação, isto não significa que outro não possa ter também, pois é muito mais interessante quando seu prazer se dá através do prazer do próximo.

Pode-se observar que, geralmente, as dores advêm das punições, outro tema que ganha notoriedade em sua teoria, pois envolve todo um processo de evitar tais punições como a melhor forma de se punir. Conclui-se que a teoria Utilitarista foi de suma importância para o desenvolver filosófico e legal.

### Referências

BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

DIAS, Maria Cristina Longo Cardoso. **Uma reconstrução racional da concepção utilitarista de Bentham**: os limites entre a ética e a legislação. São Paulo: USP, 2006.

Platão. **A República**. 2. ed. São Paulo: Escala, 2007.

PESSANHA, José Américo Motta. **Platão**: vida e obra. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.

# A COMUNICAÇÃO E A LINGUAGEM NA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO

## Communication and language in curriculum building

Guilherme Garcia da Silva<sup>1</sup>

Rodrigo Petry<sup>1</sup>

**Resumo:** A arte de comunicar, passar e trocar informações, entender e se fazer entendido se dá a partir da comunicação clara, precisa e exata. A falha nessa interlocução pode desordenar, ou desconstruir planos, procedimentos e operações devido à má interpretação, desalinhamento ou deterioração de dados. Essa é a finalidade deste artigo: ser base para a construção de um currículo intelectual e ao mesmo tempo comunicacional.

Palavras-chave: Currículo intelectual. Trocar informações. Comunicação clara.

**Abstract:** The art of communicating, passing and exchanging information, understanding and being understood is based on clear, precise and accurate communication. Failure to do so may disrupt, or deconstruct, plans, procedures, and operations due to misinterpretation, misalignment, or data deterioration. This is the purpose of this article: to be the basis for building an intellectual and at the same time communicational curriculum.

Keywords: Intellectual curriculum. Exchange information. Clear communication.

### Introdução

O homem como ser social necessita de companhia para se manter vivo e atuante. Conviver e interagir com o outro é convergente ao nível das necessidades básicas: fisiológicas, de segurança social, estima e autorrealização. Assim, a comunicação é uma ferramenta de formação e exploração que o indivíduo se apropria para expor ideias, pensamentos e opiniões que mediarão as relações, conduzindo a convivência humana através da linguagem. A falha nessa interlocução pode desordenar, ou desconstruir planos, procedimentos e operações devido à má interpretação, desalinhamento ou deterioração de dados.

A linguagem é um sistema organizado de sinais (signos) que serve como meio de comunicação entre os indivíduos. Em outras palavras, a língua é um código, um conjunto de signos, combinados através de regras, que possibilita ao emissor transmitir certa mensagem ao receptor. A comunicação, no entanto, só é estabelecida quando emissor e receptor conhecem e dominam o código, que é utilizado de maneira preestabelecida e convencionalizada (GERALDI 1997, p. 1).

A linguagem pode ser definida como o intercâmbio da relação do ser humano com o seu interior através da exposição da fala oral ou gestual. Assim, a linguagem é quem norteará o comportamento. Tanto a linguagem interior quanto a exterior é responsável pela mediação na estruturação do currículo. Essa complexa ação de ser intelectual e ao mesmo tempo comunicacional possibilita a multiplicidade de relações individuais e coletivas que fomentarão a construção do currículo.

Moreira e Silva (1997, p. 28) afirmam que “o currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”. O currículo escolar tem ação direta ou indireta na formação e no desenvolvimento do aluno.

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

O currículo pode ser definido como uma construção social diretamente ligada a um momento histórico de uma determinada sociedade, a partir de realidades diferentes, estabelecendo objetivos com relação aos conhecimentos que se pretendem, a partir da realidade local, construir. Silva (1996, p. 23), neste sentido, destaca que “currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais”.

A proposta deste artigo é ser base para a construção de um currículo intelectual e ao mesmo tempo comunicacional, refletindo quanto a sua função social. Para isso, precisamos filtrar as informações, que vai muito além da lista de conteúdos formais que se aprende ao longo da vida: no momento em que as aprendizagens são mediadas por instrutores ou educadores, o indivíduo agrega novos conhecimentos que ressignificarão o currículo. Afinal, a arte de comunicar, passar e trocar informações, entender e se fazer entendido se dá a partir de uma comunicação clara, precisa e exata.

### **Linguagem x comunicação**

A linguagem outrora era concebida como um mecanismo apático, que era utilizado apenas como descrição de desejos e sentimentos, sem muita importância. Atualmente, percebe-se a linguagem como alavanca que permite alterar, modificar e transformar os indivíduos, devido à diversidade de linguagens existentes.

O que o indivíduo faz ao usar a língua não é tão somente traduzir e exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outrem, mas sim realizar ações, agir e atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor). A linguagem é um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico (TRAVAGLIA, 2009, p. 23).

As diferentes linguagens têm como função medular as relações sociais através da comunicação, das formas de expressão e da compreensão. Segundo Piaget (1978, p. 59), “é por meio das relações sociais que o ser humano aprende e ensina, constrói e desconstrói conhecimento. A constante interação entre o sujeito e o mundo exterior é o processo pelo qual se dá o desenvolvimento intelectual humano”. Portanto, o autor afirma que o conhecimento só se efetiva quando há intenções entre sujeitos, ou seja, a partir da comunicação entre os pares.

O homem é “um ser de relações”, que se desenvolve por meio do diálogo constante, porque quem está no mundo, está “com”. Por isso, para haver produção de conhecimento, é necessário pensar “com”, que é bem diferente de pensar “sobre”. Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade (FREIRE, 1977, p. 43).

Ferreira (2015, p. 68) define comunicação como “a capacidade de trocar ou discutir ideias, de dialogar, conversar, buscando o bom entendimento entre as pessoas”. Portanto, conforme sugere o autor, as trocas de informações entre sujeitos são necessárias para que haja sentido à comunicação, independentemente da configuração da linguagem, quer seja de expressão de pensamento, instrumento de comunicação ou como processo de interação.

Ao homem como ser social é oportunizado vivenciar diversas formas de linguagens (verbais e não verbais) em diferentes ambientes simultaneamente, como na própria casa, na escola, na igreja, no clube etc. A linguagem verbal é usada quando se transmite informações através da palavra (seu código é a palavra – leitura/escrita). Para fazer uso da linguagem não verbal é preciso usar o código de símbolos, ou seja, gestos, expressões faciais e corporais e nuances ao emitir sons ou tonicidade vocal.

É importante destacar que a comunicação tem como alicerce a informação, todavia, esta nem sempre se transforma em comunicação devido à falta de compreensão entre o locutor e o interlocutor, pois a falta de comunicação pode estar diretamente ligada à educação e suas complexidades.

O educar consiste em desenvolver os potenciais naturais, para que as interlocuções sejam diretas, claras e objetivas, portanto, é preciso evidentemente uma mudança brusca na educação brasileira, em que o educador oriente o aluno sobre a importância de saber ouvir, absorver e filtrar as informações para que possa potencializar e desenvolver suas ideias e opiniões.

## **O currículo**

Repensar o que se aprende e o que se ensina vai muito além do simples fato de refletir sobre o que é importante aprender, ultrapassa a lista de conteúdos formais que é estabelecida por professores, supervisores ou coordenadores educacionais. O estabelecer ou definir conteúdos está vinculado aos olhares e audições que se constrói junto aos educandos, refletindo o que aquele grupo, naquele momento, necessita ou quer aprender. Esses desejos e necessidades devem ser flexíveis a partir do momento em que as aprendizagens mediadas pelos educadores forem agregando novos conhecimentos aos ambientes e se tornarem significativos – relações e vivências. Apple (2000) descreve o currículo como a produção de conflitos e tensões e compromissos culturais, políticos e econômicos que organizam e desorganizam o povo.

Ressalta-se que o currículo se consolida à medida que há continuidade à proposta de construção de um ambiente educacional que propicie a vivência plena, um lugar onde o educar incite: objetivos de vida, expressão das diferentes linguagens, integração, emoção e valorização das diferenças.

Portanto, a aprendizagem é complexa, haja vista que não segue uma lista fixa de conteúdo, justamente porque a todo o momento existem descobertas e novas experiências. Não cabe o papel de previsão ou organização linear, mas proporcionar um espaço que propicie o fazer, o construir e o aprender. Conforme Silva (1999, p. 11):

Currículo é sempre o resultado de uma seleção de conhecimentos e saberes que acabam por constituí-lo. E, mais, que sua constituição tem em foco modificar as pessoas que o seguirem. [...] conhecimento que constrói o currículo agrega-se, sem reservas, naquilo que são as pessoas e naquilo que se tornam: na sua identidade e na sua subjetividade.

Sacristán (1995, p. 86) defende que currículo escolar vai além da lista de conteúdo, “pensando nas diferenças que se consegue planejar e implantar o currículo escolar de forma ampla ou restrita, pois este deve abranger todas as atividades desenvolvidas dentro da escola”. Assim, para compor o currículo, é necessário conhecer a realidade e o entorno escolar, a diversidade, a multiplicidade cultural e a heterogeneidade de saberes que está presente na escola. Por conseguinte, entende-se que o currículo deve ser estruturado para que possibilite conhecimento, independentemente da instituição de ensino, quer seja ela pública ou privada.

## **Considerações finais**

O ser humano traz consigo uma bagagem cultural que passa despercebida pelo próprio sujeito. É um conjunto de ações e comportamentos que muitas vezes não são valorizados e tampouco considerados como cultura. A cultura está intimamente ligada ao comportamento humano, ou seja, aos fenômenos sociais.

O professor enquanto mediador da aprendizagem deve fazer aflorar essa bagagem cultural, desmistificando e desconstruindo regras preestabelecidas, dando lugar à valorização da

linguagem e da cultura local e individual de cada educando. Neste sentido, entende-se que os fenômenos sociais são as diferentes formas do comportamento humano, que tem origem na vida social a qual o sujeito vivencia e suas perspectivas futuras, por isso é preciso que ocorra conscientização de que cada sujeito é único, que possui sua identidade, sua cultura e seu valor enquanto sujeitos históricos que são.

Assim, o currículo deve prever atividades que correspondam ao nível de desenvolvimento intelectual dos alunos e organizar situações que estimulem as capacidades cognitivas e sociais, de modo a possibilitar a construção pessoal dos conhecimentos.

Para que uma participação efetiva se torne uma aprendizagem concisa, a prática do ensino-aprendizagem nas escolas deve ser um lugar em permanente atualização, onde os sujeitos recriam e se reinventam a cada dia: é a partir de discussões em torno do currículo escolar que escola e aluno caminham para uma educação transformadora, a cada dia deve ocorrer a possibilidade de ambos aprenderem um com o outro.

A escola deve ser um lugar onde se pratique currículos que não se deixem aprisionar a todo o momento por identidades culturais ou políticas, pois pensar o currículo de uma escola pressupõe viver seu cotidiano, incluindo toda uma dinâmica das relações estabelecidas. Portanto, o currículo precisa ser construído para o aluno: a prática deve ser coerente com o discurso utilizado e o aluno tem direitos que precisam ser respeitados e valorizados.

### Referências

- APLLE, M. W. **Repensando ideologia e currículo**. 4. ed. São Paulo: Artmed, 2000.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua Portuguesa**. 27. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- GERALDI, J. W. Da redação à produção de textos. *In*: GERALDI, J. W.; CITELLI, B. **Aprender e ensinar com textos de alunos**. São Paulo: Cortez, 1997.
- MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. São Paulo: Zaher, 1978.
- SACRISTÁN, G. J. Currículo e diversidade cultural. *In*: MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. **Territórios contestados**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SILVA, T. T. **Identidades terminais**: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.
- TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. São Paulo: Cortez, 2009.

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.

# O CONTEXTO FILOSÓFICO E SOCIAL NO BRASIL

## The philosophical and social context in brazil

Cleodir Luiz Pisetta<sup>1</sup>

Marcides Victor Klitzke<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho proporcionará estudar a presença de um pensamento filosófico no processo de constituição e na caracterização atual da cultura brasileira, levando em conta o trabalho de levantamento de fontes, identificação de correntes ou tendências, de enumeração, de nome que é o pressuposto necessário para uma melhor reflexão. O Contexto filosófico tem grande importância para o contexto social, pois é reflexo deste. Podemos observar como foi desenvolvido o contexto filosófico na Grécia antiga e na Idade média e que surge não por acaso, e sim para a compreensão e interpretação da realidade social em que as pessoas se encontravam na época, assim podemos compreender e relação de produção entre contexto filosófico dentro do contexto histórico. Assim várias ideias de filósofos pré-socráticos são retomadas nos séculos XVI e XIX, bem como Sócrates, Platão, Aristóteles e os sofistas, que surgem com o desenvolvimento das cidades, do comércio, os primeiros educadores, que na Idade Média o contexto filosófico e social e sua razão serão gradativamente subordinados pela religião. Esses pensamentos em seu contexto filosófico e social serão retomados nos séculos seguintes. Assim podemos compreender a importância dos pensamentos filosóficos e sociais em vários acontecimentos históricos no Brasil, desde a colonização e seus períodos históricos, que são demarcados por movimentos sociais com interesses coletivos de caráter político.

Palavras-chave: Contexto filosófico. Contexto social. Pensamento filosófico.

**Abstract:** The present work will allow to study the presence of a philosophical thought in the process of constitution and in the present characterization of the Brazilian culture, taking into account the work of survey of sources, identification of currents or tendencies, of enumeration, of the name that is necessary for a better reflection. The philosophical context is of great importance to the social context because it is a reflection of it. We can see how the philosophical context was developed in ancient Greece and the Middle Ages and that arises not by chance, but for the understanding and interpretation of the social reality in which people were at the time, so we can understand and relationship of production between context. philosophical within the historical context. Thus various ideas of pre-Socratic philosophers are taken up in the sixteenth and nineteenth centuries, as well as Socrates, Plato, Aristotle and the sophists, which arise with the development of cities, commerce, the early educators, who in the Middle Ages the philosophical context and and its reason will be gradually subordinated by religion. These thoughts in their philosophical and social context will be taken up in the following centuries. Thus we can understand the importance of philosophical and social thoughts in various historical events in Brazil, since the colonization and its historical periods, which are demarcated by social movements with collective interests of political character.

Keywords: Philosophical context. Social context. Philosophical thought.

### Introdução

A reflexão no contexto filosófico surgiu nas cidades denominadas polis ou polis gregas, a qual significou o surgimento da filosofia e vários aspectos culturais como teatro, literatura e oratória, como na democracia com a participação do povo nas tomadas de decisão e com o desenvolvimento das cidades e aumento da população, o espaço físico ficou limitado, portanto, havendo necessidade do surgimento de leis para o respeito dos espaços.

O pensamento dos primeiros filósofos fez com que suas ideias contribuíssem para o entendimento da sociedade em formação e para o avanço da nova sociedade. Nesse sentido, o trabalho dos filósofos pré-socráticos continha uma explicação racional e sistemática sobre a origem, a ordem e a transformação da natureza e de que forma estava organizada.

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – n. 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

Na Grécia Antiga, devido às formas diferentes dos pensamentos das pessoas preocupadas com a convivência nas cidades e com a sua organização e desenvolvimento, surgiu outro tipo de reflexão utilizado pelos Sofistas que convenciam as pessoas a seguir um plano determinado. Com o surgimento do comércio aparece os sofistas, uma nova classe social, que procuraram ampliar a forma política e também se tornam os primeiros educadores da qual formam os cidadãos que faz com que sua voz fosse ouvida.

Já na Idade Média, que compreende um período de mais de mil anos, que se estendeu desde a queda do Império Romano até a tomada de Constantinopla pelos Turcos Otomanos, o contexto filosófico e social se desenvolveu ligado diretamente com a religião, sendo um movimento filosófico ocorrido no início da Idade Média, que foi a Patrística, e outro no final da Idade Média, a Escolástica.

Na Idade Moderna, no século XVI, com as grandes navegações houve a necessidade de cálculos matemáticos precisos para garantir a chegada no destino planejado e comprovar o que a ciência afirmava na teoria que a terra não era mais o centro do universo, desafiando assim os poderes da Igreja que considerou heresia, pois seguia com o rito de investigação pela Santa Inquisição que era um tribunal que julgava os casos perigosos. Em seguida houve movimentos de reforma da igreja. Nesse período ocorreu uma mudança radical, tanto sociais, políticas e modos de pensar.

Na Idade Contemporânea, o contexto filosófico foi desenvolvido a partir do final do século XVIII, que tem como marco a Revolução Francesa, em 1789, através das ideias iluministas, em que novas luzes e novas ideias surgiam na mente das pessoas, período em que a razão humana iria predominar. Esse período também foi marcado pela consolidação do capitalismo gerado pela Revolução Industrial, com as ideias de Copérnico, Charles Darwin com a teoria das espécies e com Freud, com a fundação da psicanálise.

No século XVI, o Brasil vivenciou o período de colonização pelos portugueses até os dias atuais, sendo dividido em três períodos: colonial, imperial e republicano, e cada período apresenta elementos filosóficos de cada momento de acordo com o contexto histórico.

A ideia da corrente filosófica de Auguste Comte, denominada Positivismo, surgida em meados do século XIX, na França, influenciou o início do século XX, o desenvolvimento ideológico, político e social para o Brasil, uma real importância na evolução das ideias questionadoras e de alguns propagandistas republicanas e que se seguiram com a queda do Império com a implantação de República. A influência da doutrina de Comte ficou marcada definitivamente na bandeira brasileira pelo lema “Ordem e Progresso”, bem como na literatura nas obras de Aloisio de Azevedo e Raul Pompéia.

### **Contexto filosófico e social na Grécia Antiga**

A reflexão da filosofia em seu contexto histórico tem origem no surgimento das cidades, denominadas polis grega ou cidades-estados, da qual desenvolveu o teatro, literatura e oratória, bem como as formas de governo, a participação do povo nas tomadas de decisão e nas questões práticas como agricultura, navegação, comércio, construção civil, matemática (TRIGO, 2009).

Com o crescimento das cidades ocorreu o acúmulo de pessoas, ficando o espaço físico limitado, e essa forma de vida precisava ser organizada, pois surgiam os primeiros conflitos, necessitando que pensadores ou articuladores contribuíssem para uma nova mentalidade da vida das pessoas (TRIGO, 2009).

Diante do crescimento humano nas cidades, o avanço do comércio se fez necessário com a navegação que proporcionou a mudança de pensamento, da qual o homem foi deixando o lado mítico, pois as criaturas mitológicas não correspondiam com a realidade e o segundo



elemento foi a invenção do calendário, que tornou a agricultura mais eficaz e que não dependia de entidades sobrenaturais.

Os filósofos pré-socráticos, Heráclito e Parmênides, elaboraram diferentes concepções sobre a cosmologia. Para Heráclito, o mundo se encontrava em constante transformação, já para Parmênides, o ser é único, imutável e infinito e somente o mundo inteligível é verdadeiro e o pensamento corresponde com a realidade, ideia posteriormente retomada no século XVI por René Descartes (ARANHA; MARTINS, 2003).

As pessoas preocupadas com a convivência na cidade e com a sua organização fizeram surgir outro tipo de reflexão, pois era preciso convencer as pessoas a seguir um plano determinado, estratégia que passou a ser utilizada pelo sofistas, especialistas em retórica, isto é, na arte da argumentação, também contribuíram para a profissionalização da educação (ARANHA; MARTINS, 2003).

O filósofo Sócrates não concorda com os sofistas em cobrar pela educação ministrada, pois concordava que se criasse um novo modelo educacional, mais adequado aos novos tempos. Sócrates considerava a humildade como elemento essencial da pessoa que quer ser sábia (CHAUÍ, 2008).

### **Contexto filosófico e social na Idade Média**

Compreende um período histórico de mais de mil anos, desde a queda do Império Romano do Ocidente até a tomada da cidade de Constantinopla pelos turcos. Foi um período de expansão e consolidação do Cristianismo, predominando o Teocentrismo e os atos justificados pela fé. Os filósofos que se desenvolveram nessa época eram ligados à Igreja. O movimento Patrística recebe este nome devido aos textos serem escritos por padres, sendo que Santo Agostinho desenvolveu um pensamento filosófico distante da realidade da vida e voltado à esfera sobrenatural, e São Tomás de Aquino, ligado a outro movimento filosófico, a Escolástica, que surge com o intuito de refletir sobre a existência da alma humana e da existência de Deus (ARANHA; MARTINS, 2003).

### **Contexto filosófico e social na Idade Moderna**

O Racionalismo e o Empirismo demonstram mudança. O primeiro está associado à razão humana (considerada uma extensão do poder divino) e o segundo está baseado na experiência, sendo que ainda reúne diversas descobertas científicas (nos campos da Astronomia, Ciências Naturais, Matemática, Física etc.) o que deu lugar ao pensamento antropocêntrico (homem no centro do mundo). Ocorreram as grandes navegações e, posteriormente, com o fortalecimento do comércio, surgiu o capitalismo, a burguesia e houve divergência com a Igreja de que a terra não era mais o centro do universo, considerado heresia, e todos os casos perigosos à religião passaram a ser julgados por um tribunal chamado Santa Inquisição. Depois houve movimentos de reforma religiosa, ocorreu a Revolução Industrial e as ideias iluministas, ou seja, ocorreu uma mudança radical tanto social, política como o modo de pensar (JUNIOR, 2013).

### **Contexto filosófico e social na Idade Contemporânea**

A Idade Contemporânea compreende o espaço de tempo que vai da Revolução Francesa aos nossos dias. Portanto, é importante lembrar que somos parte da história contemporânea, da história atual. Inicialmente, a Filosofia Contemporânea foi bastante marcada pela corrente filosófica iluminista. O Iluminismo representava o período em que novas luzes ou novas ideias

surgiam na mente humana, apontando para um tempo em que somente a razão humana predominaria. Esse movimento foi em grande parte liderado por grupos burgueses que a partir de certa ascensão econômica reivindicaram participação no poder político e na construção de um novo modelo de sociedade. Entretanto, além dos anseios próprios das burguesias, a Revolução Francesa também trouxe aspirações dos trabalhadores urbanos e rurais (SANTOS, 2016).

Em meados do século XIX surge o pensamento filosófico do francês Auguste Comte, denominado Positivismo. A principal ideia era de que o conhecimento científico devia ser reconhecido como o único pensamento verdadeiro, ganhando destaque internacional na metade do século XIX e início do século XX. Para os positivistas, o progresso da humanidade depende exclusivamente dos avanços científicos e as superstições, religiões e demais ensinamentos teológicos devem ser ignorados, pois não colaboram para o desenvolvimento da humanidade (BAADE; BONIN, 2013). O Positivismo admite apenas o que é real, verdadeiro, inquestionável, aquilo que se fundamenta na experiência.

Com o intuito de explicar o que Auguste Comte descreve como o espírito autêntico, a fim de libertar a teoria social da teologia e da metafísica, assim descreve a invariabilidade das leis físicas:

A filosofia teológica e a filosofia metafísica nada mais dominam hoje em dia senão o sistema do estudo social. Elas devem ser expulsas deste último refúgio. Isto será feito principalmente pela investigação básica do movimento social como necessariamente sujeito a leis físicas invariáveis, em lugar de ser governado por qualquer espécie de vontade (COMTE, 1978, p. 16).

A partir dessa nova corrente filosófica, o Positivismo se espalhou e passou a influenciar todo o continente europeu durante a segunda metade do século XIX, no qual Comte se baseava na ciência e na organização técnica e industrial da sociedade moderna (BAADE; BONIN, 2013).

### **Contexto filosófico e social no Brasil colonial**

Desde o descobrimento do Brasil, no ano de 1500, a visão dos portugueses era de exploração, que iniciou pelo escambo, troca de mercadorias. Posteriormente, os jesuítas aculturaram os índios nos moldes europeus com interesses bem maiores do que a expansão do Cristianismo e, por fim, com a escravidão dos indígenas (PAIVA, 2006). No período entre os séculos XVI e XVIII, a educação praticada pelos Jesuítas era o método *Ratio Studiorum*, fundamentada na educação aristotélica subordinada à teologia da qual o ser humano adquire consciência de si pela conversão religiosa e destaca o Padre Antônio Vieira no contexto filosófico iniciado com os Jesuítas (CERQUEIRA, 2011).

No século XVIII, com as ideias do Iluminismo ocorreram diversas mudanças na Europa. O Marquês de Pombal realizou diversas reformas, e com a expulsão dos Jesuítas foi introduzido no Brasil o Empirismo, uma reação antiescolástica, reinterpretando Aristóteles com base nas ideias de John Locke, e a filosofia volta-se para aportes modernos ligados sobretudo à Filosofia Naturalista como estudo científico racional da natureza. A Fundação do Seminário de Olinda aconteceu no início do século XIX. Os ideais iluministas reforçados pela Revolução Francesa ganham aceitação da elite, mesmo com profundas marcas estabelecidas pelo tomismo, formando um pensamento político nacional (SANTOS, 2016).

A religião seria contra a natureza do homem, e o impediria de realizar suas potencialidades e seu destino sobre a Terra, e para o homem se realizar teria que superar a religião.

## **Contexto filosófico e social no Brasil Império**

No Brasil, o contexto filosófico e social pode ser dividido em três momentos. No primeiro reinado, a hegemonia do liberalismo iluminista do século XVIII com influência francesa foi possível observar, por exemplo, a Constituição de 1824, inspirada no pensamento do poder moderador do pensador franco-suíço Benjamin Constant (JUNIOR, 2013).

No período regencial surgiram correntes antagônicas ao Iluminismo. Muitos aderiram a correntes espiritualistas e metafísicas tradicionais por influência do romantismo e as contribuições para a filosofia serão através de juristas, romancistas, poetas e políticos (SANTOS, 2016).

No segundo reinado ocorreu uma mudança com a introdução dos pensamentos de influência do filósofo alemão Tobias Barreto, que vai tentar trazer a influência da filosofia alemã herdeira do Kantismo. Na região Sul e Sudeste do Brasil, o Positivismo terá uma influência na sua forma ortodoxa, defendido por Pierre Laffitte, com a criação da Igreja Positivista. Com ingresso das mulheres na política, essa filosofia servirá de suporte ao movimento abolicionista liderado pelo liberal Joaquim Nabuco, e Ruy Barbosa ao movimento republicano que culminou com o Proclamação da República do Brasil (SANTOS, 2016).

## **Contexto filosófico e social no Brasil República**

A primeira década do século XX é marcada pela forte produção de juristas brasileiros, conhecida também como república dos bacharéis, que é marcada pelas ideias do Positivismo. O principal marco durante a primeira metade do século XX foi a Semana da Arte Moderna em 1922 pela influência das ideias de Marinetti, tendo influência longínquas do Hegelianismo na qual foi uma total ruptura com a tradição cultural, genuinamente nacional, buscando a construção de uma nova cultura, em que os modernistas passam a reconstruir a imagem do índio através da forma do primitivismo como elemento central para essa ruptura.

A revolução de 1930 foi resultado de uma onda nacionalista em que o Positivismo demonstrou sua forte influência na vida cultural do país, contudo passam a ser adotados os princípios da Escola Nova e, em 1938, Getúlio Vargas cria a Faculdade Nacional de Filosofia que passou a integrar a Universidade Federal do Rio de Janeiro (SANTOS, 2016).

Com o passar dos tempos, o mundo sofreu mudanças durante os períodos vividos, sendo que os temas estão ligados entre si através de perguntas-chave que levam à reflexão sobre importantes questionamentos e de uma tomada de atitude do ser humano diante dos acontecimentos da vida (GALLO, 2002).

A partir dos anos 1940, o surgimento das universidades fez com que o contexto filosófico brasileiro deixasse de ser meramente seminarístico, sem quaisquer restrições de ordem religiosa, filosófica, política ou ideológica (JAIME, 1997).

O Positivismo de Comte chega ao Brasil com a primeira manifestação de um positivista chamado Justiniano da Silva Gomes, em 5 de setembro de 1844, o qual realizou uma tese para o concurso de fisiologia para a faculdade de medicina na Bahia com ideias de Auguste Comte. Em 1881, houve a criação do chamado “Templo da Humanidade” (Igreja Positivista do Brasil) liderado por dois “Positivistas Ortodoxos”: Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes. A igreja fica localizada até os dias atuais no bairro da Glória. Dentre seus integrantes, Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos, principais doutrinadores, e Benjamin Constant e Botelho de Magalhães, seu líder, que inspiram os dizeres da bandeira nacional “Ordem e Progresso” é a ideia de uma República unitária capaz de pôr em prática as vontades gerais, do qual gerou êxito não pela força, mas sim por incapacidade de uma política sem poder argumentativo de convencimento (ARANHA; MARTINS, 2003).

As influências do Positivismo no Brasil se fizeram presentes na literatura como nas obras de Aloísio de Azevedo: *O Mulato*, *Casa de Pensão* e *O Cortiço*, e do escritor Raul Pompéia com a sua grande obra *O Ateneu*, que é uma clara orientação positivista e na reforma do ensino no ano de 1890 tanto civil como militar (ARANHA; MARTINS, 2003).

Getúlio Vargas utilizou ideias positivistas para criar uma legislação trabalhista, visando fazer com que as “engrenagens” da sociedade brasileira funcionassem da melhor maneira. Da corrente filosófica positivista no Brasil ficou apenas a herança doutrinária (ARANHA; MARTINS, 2003).

### **Considerações finais**

O contexto filosófico e social brasileiro, como foi apresentado, se desenvolve nas nuances desde as ideias surgidas na Grécia Antiga, com a filosofia que tem seu surgimento nas cidades denominadas polis ou polis gregas, a qual significou o surgimento da filosofia e vários aspectos culturais. Com o crescimento das cidades, o espaço físico ficou limitado, surgindo os primeiros pensamentos para resolver, surgindo as leis e o respeito. As ideias dos filósofos pré-socráticos contribuíram para as ideias nos séculos seguintes, bem como os sofistas que ampliaram a forma política e também se tornam os primeiros profissionais da educação.

Verificamos que na Idade Média o pensamento filosófico e social estava totalmente ligado à religião e que se a razão sobrepuja seria considerado heresia e teria que ser justificado em um tribunal da igreja denominado Santa Inquisição.

Na Idade Moderna, o Racionalismo e o Empirismo demonstram essa mudança. O primeiro está associado à razão humana, o segundo está baseado na experiência e reúne diversas descobertas científicas.

A Idade Contemporânea foi pautada nas ideias marxistas e freudianas, corrente de pensamento que formulou uma teoria crítica social interdisciplinar, aprofundando diversos temas da vida social nas áreas da Psicologia, Antropologia, Política, História e Economia.

No contexto filosófico e social do Brasil podemos verificar que emerge a miscigenação, ponto principal de sua cultura, e segue linhas de pensamento estrangeiras. As temáticas filosóficas presentes que se estabelecem são abordadas e discutidas nos períodos que correspondem à história no Brasil. Portanto, o contexto filosófico e social brasileiro é bastante importante para compreender melhor o desenvolvimento cultural do país e deve acompanhar o contexto histórico do período estudado.

Podemos observar que o Positivismo de Auguste Comte influenciou o Brasil com o tema “Ordem e Progresso”, escrito na bandeira nacional após a proclamação da República, e que suas ideias contribuíram para o avanço na compreensão das ciências e em especial das ciências políticas.

### **Referências**

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia. 3. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2003.

BAADE, J. H.; BONIN, J. C. **Pensamento Filosófico e Social no Brasil**. Indaial.

CERQUEIRA, L. A. A Ideia de Filosofia no Brasil. **Revista Filosófica de Coimbra**, v. 20, n. 39, mar. 2011.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2008.

COMTE, A. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

GALLO, S. **Ética e Cidadania, Caminhos da filosofia**. São Paulo: Papirus, 2002.

JAIME, J. **História da Filosofia no Brasil**. V. 1. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Faculdades Salesianas, 1997.

JUNIOR, F. M. Pensamento Filosófico no Brasil. **Filosofar para compreender a existência**. 2013. Disponível em: <http://fcomelojr.blogspot.com/2013/03/pensamento-filosofico-no-brasil.html>. Acesso em: 19 abr. 2018.

PAIVA, J. M. **Colonização e Catequese**. São Paulo: Arké, 2006.

SANTOS, T. F. dos. **Panorama Histórico da Filosofia no Brasil**: da chegada dos Jesuítas ao lugar da filosofia na atualidade. São Paulo: UNIFESP/CAPES, 2016.

TRIGO, L. G. G. **Pensamento filosófico**: um enfoque educacional. São Paulo: IBPEX, 2009.

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.



# PROFISSÃO DOCENTE: O IMORTAL SEM PEDESTAL

## Teaching profession: the immortal without pedestal

Dirceu Ribeiro<sup>1</sup>

**Resumo:** O foco principal do presente trabalho foi fazer uma reflexão acerca das questões que envolvem a docência de um profissional que, apesar de todas as dificuldades, não esmorece na sua missão. O objetivo foi demonstrar as carências, as dificuldades e os desafios do docente na sua arte de ensinar e aprender. Buscou-se verificar como esses profissionais lidam com as diversas situações em uma estrutura que carece de atendimento mais promissor por parte dos governantes, tanto no que se refere às condições materiais como nas remuneratórias. A história contribui e determina qual o caminho seguro a seguir e o docente tem o desafio de compreender e transformar esse caminho em realidade. A comunicação é um determinante na caminhada para que a educação atinja esse ápice. A pesquisa realizada sobre esses pontos fundamentou-se em livros, revistas especializadas, palestras, sites da internet e, fundamentalmente, na experiência de realizações de estágios obrigatórios no cumprimento da grade curricular do curso de licenciatura em Filosofia. A conclusão a que se chegou com o presente trabalho é que educação e docente estão extremamente ligados a um único objetivo: a formação do cidadão.

**Palavra-chave:** Desafios. Dedicção. Realização.

**Abstract:** The focus of this paper was to reflect on the issues surrounding the teacher as a professional who, despite all the difficulties, does not forget his mission. The objective was to demonstrate teachers' deficiencies, difficulties and challenges in their practice of teaching and learning. We sought to verify how these professionals deal with various situations in a structure that lacks care and investment from the governors, not to mention better conditions, such as compensation. History contributes and determines which is the safe path to follow and document the challenge of understanding and transforming that path into reality. Communication is a determining factor in the path to education to reach its peak. A research conducted on these points is based on books, magazines, lectures, websites and, fundamentally, on the experience of mandatory internship which was a criterion in the fulfillment of the curriculum for the undergraduate degree in Philosophy. The present article came to the conclusion that education and teacher are extremely linked to one goal: the formation of the citizen.

**Keywords:** Challenges. Dedication. Realization.

### Introdução

A arte de ensinar é uma tarefa melindrosa, mas muito gratificante, que exige muita dedicação e esmero, pois é necessário auferir ganhos ao aluno. O papel do professor de outrora mudou; ele não é mais o transmissor de conhecimentos, mas sim o mediador desse conhecimento. O presente artigo objetiva ressaltar a importância do docente, que carrega em sua bagagem anos de preparação acadêmica e é, muitas vezes, mal compreendido e desvalorizado como profissional e em sua remuneração. A responsabilidade, as inquietações e os desafios são imensos e cabe ao professor, na sua prática, assimilar e administrar o seu dia a dia no ambiente escolar, que é diverso e interdisciplinar. O presente trabalho tem a pretensão de demonstrar todos esses desafios angustiantes dentro de uma filosofia endereçada à formação do indivíduo para a sociedade solidária e coletiva. O intuito também é reforçar como é importante compreender a importância da comunicação no processo educativo e na vida do docente e dos seus alunos. Além disso, vale ressaltar que a formação do docente, além de compor anos de dedicação e estudos na academia, é uma preparação continuada em simpósios, palestras, congressos e eventos; esse acúmulo de conhecimentos trará qualificações fundamentais para a formação dos profissionais e, consequentemente, dos alunos.

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

O artigo também traz uma abordagem histórica do ensino nas escolas brasileiras, o papel do professor e seu perfil num mercado competitivo e desvalorizado e o aspecto filosófico/pedagógico acerca do ato de estudar e dos desafios em fazê-lo numa realidade educacional formal e informal.

Essa investigação científica fundamentou-se em autores consagrados da área da pedagogia e da Filosofia da Educação, como Paulo Freire, em sua obra “Pedagogia da autonomia” (2010); Nilson José Machado, em “Educação: projetos e valores” (2006); Pedro Angelo Teixeira, em “Anísio Teixeira, experiência reflexiva e projeto democrático: a atualidade de uma filosofia da educação”; (2008), Luckesi, em sua obra “Filosofia da educação” (1995) e Severino, em sua obra “Filosofia da Educação” (1994). As teorias de John Dewey e sua reflexão sobre a perspectiva da filosofia da educação nas escolas também foram abordadas a partir dos trabalhos de Lins (2015).

## **Fundamentação teórica**

### **A historicidade do ensino no Brasil**

Não se pode falar em educação sem mencionar os aspectos históricos da implantação da escola no Brasil e seus desdobramentos tanto pedagógicos como governamentais.

O início desse processo se deu em 1549 com padres Jesuítas, numa catequização dos nativos pela chamada Companhia de Jesus, fundada pelo padre Ignácio de Loyola em 1534. Essa ordem era vinculada diretamente ao Papa Paulo III e, portanto, desvinculada da hierarquia educacional tradicional da Igreja. Era um método educacional que servia especialmente à aculturação e doutrinação dos índios e era conhecido como *Ratio Studiorum*, originário da Europa.

Segundo (VEIGA, 1989, p. 40):

O ideal do *Ratio Studiorum* era a formação do homem universal, humanista e cristão. A educação se preocupava com o ensino humanista de cultura geral e enciclopédico. Era alicerçada na *Summa Theológica* de São Tomás de Aquino. Esta obra corresponde a uma articulação entre a filosofia de Aristóteles e a tradição cristã, base da Pedagogia Tradicional na vertente religiosa.

Muitos anos se passaram e houve a implantação de inúmeras modalidades de ensino mais vinculadas à igreja, até o momento em que um interventor nomeado pelo rei, em 1750, chamado Marquês do Pombal, inaugurou uma nova visão política e econômica, culminando na exclusão do ensino catequista. Com a chegada da família real ao Brasil em 1808, grandes transformações tiveram início. Aspectos culturais, econômicos, sociais e políticos, inclusive na fundação da sua primeira universidade no estado da Bahia, colocam o Brasil em pleno desenvolvimento.

No século XIX, mais precisamente durante o período republicano, a educação era elitista e priorizava o ensino superior. Essa ruptura se deu com a denominada “Revolução de 30”, em meados de 1930, quando, através de um golpe político devido aos desentendimentos das oligarquias reinantes na época, Getúlio Vargas assumiu a Presidência do Brasil. Assim, iniciava-se o que seria conhecida posteriormente como a “Era Vargas”.

Sob o comando de Getúlio Vargas, em 1932, funda-se a escola nova, na qual o professor não se preocupava mais em transmitir os conhecimentos, mas sim em participar e facilitar esse aprendizado. Em 1964, já sob o domínio do regime militar, foram inauguradas escolas com o cunho tecnicista, nas quais o conhecimento era direcionado a uma visão mais profissionalizante na preocupação de atender a um pensamento dirigido ao desenvolvimento econômico.



Após o longo período da ditadura, num ambiente de reestruturação do ensino e já no regime democrático, uma nova forma de educar foi desenvolvida no Brasil, numa visão mais analítica, reflexiva e crítica, transformando definitivamente o aprendizado educacional brasileiro.

Uma nova perspectiva de escola nasceu. O professor não era apenas um transmissor de conhecimento, mas um mediador e, nessa nova concepção, o ensino de Filosofia, Sociologia e outras disciplinas das áreas humanas se incorporam com maior destaque. É nesse momento que o ensino começa a ser compreendido como a porta de entrada na constituição dos direitos plenos do cidadão perante a sociedade. A ideia obsoleta de estabelecer normas e regras para um ensino voltado ao tecnicismo não mais obtém simpatizantes.

Nessa esteira pedagógica, foram criados sistemas próprios paralelos, com fins econômicos e visão social tecnicista, chamados de sistemas “S”, compostos de instituições aliadas principalmente às indústrias, ao comércio e ao empreendedorismo, no intuito de aperfeiçoar profissionalmente os trabalhadores.

Com a concretização de uma nova Base Nacional Curricular, em 2018, mudanças importantes vêm acontecendo, principalmente nas áreas das ciências humanas. Disciplinas como Filosofia e Sociologia sofrerão um golpe extraordinário no contexto do saber. Novamente, em um retrocesso de dimensões extraordinárias, as políticas educacionais se voltaram ao tecnicismo, em dissonância ao saber crítico, no sentido claro de atender ao mercado consumidor. Em outras palavras, o saber, o pensar, o refletir e a criatividade humana cedem espaço para os interesses econômicos de uma sociedade acorrentada ao consumismo, ocasionando patologias sociais graves na destituição da capacidade crítica do indivíduo. Nesse contexto, as autoridades públicas reprimem essa afirmativa de que o aluno terá a liberdade de escolher o seu caminho, optando pelas áreas científicas ou humanas no decorrer do Ensino Médio.

### **Ser professor**

A função do professor vai muito além de um mero transmissor de conhecimentos. Hoje, sua rotina é exaustiva em todos os sentidos, principalmente no trato burocrático em fazer relatórios, planos de aula, buscas de novas plataformas de ensino-aprendizagem etc. O professor precisa estar em constante processo de busca pelo conhecimento, sempre se atualizando. A participação em congressos, palestras e reuniões, a leitura de livros e jornais e a pesquisa revigoram essa temática. Oliveira-Formosinho (2009, p. 222) utiliza o termo “desenvolvimento profissional” ao invés de “formação continuada” e aponta que este desenvolvimento é permanente e constante. É o momento do aperfeiçoamento da vida profissional do docente.

A preparação e emancipação profissional do docente para realizar crítica, reflexiva e eficazmente um estilo de ensino que promova uma aprendizagem significativa nos alunos e consiga um pensamento-ação inovador, trabalhando em equipe com os colegas para desenvolver um projeto educativo comum (MEDINA; DOMINGUES, 1989 *apud* MARCELO, 1999, p. 23).

De acordo com Abbagnano (1998), a formação dos profissionais para pedagogia e para filosofia é um “processo de educação ou de civilização, que se expressa nas duas significações de cultura, entendidas como educação e como sistemas de valores simbólicos” (ABBAGNANO, 1998, p. 52).

### **Comunicação**

Uma nova dinâmica educacional no encurtamento de espaços comunicativos tem agora um novo componente, que são as chamadas tecnologias virtuais. Essa nova forma de comu-

nicação exige do docente uma postura diferenciada no seu cotidiano escolar. De acordo com Maselto (2010, p. 137, *apud* PARCIANELLO; KONZEN, 2012, p. 3):

As novas tecnologias exploram o uso de imagem, som e movimentos simultaneamente à máxima velocidade no atendimento das demandas e o trabalho com as informações dos acontecimentos em tempo real. Colocam professores e alunos trabalhando e aprendendo a distância, dialogando, discutindo, pesquisando, perguntando, respondendo comunicando informações por meios de recursos que permitem a esses interlocutores, viver nos mais longínquos lugares, encontrando-se e enriquecendo-se com contatos mútuos.

Nesse contexto, mudanças importantes acontecem para todos os envolvidos a partir dessa nova forma de ver a educação através da cibernética. A consolidação das novas plataformas de comunicação instantânea ditadas pela internet exigirá do professor uma adaptação a esse novo ambiente cognitivo e informacional. Caberá ao docente o discernimento na filtragem das informações. A utilização das novas plataformas será determinante no processo educacional e à escola, por sua vez, deverá preparar-se para essa nova realidade. Estruturas na recepção desse ambiente virtual, como laboratórios e unidades móveis computadorizadas (tabletes), serão fundamentais nesse processo de aprendizagem.

A educação é compreendida como uma multiplicidade institucionalizada ou não? O grande desafio é formar o ser humano para viver em sociedade e a educação compreendida como difusa (informal) contribui para esse fim. Nas relações humanas em sociedade, em que os papéis são múltiplos e que requerem um entendimento de civilidade, principalmente nos aspectos emocionais, é fundamental o ser humano se sentir parte dessas relações no sentido de desenvolver o espírito de interação e integração social e a educação, tanto difusa como institucional (formal), desempenha um papel importante para esse equilíbrio.

No sistema educacional em que a prática engloba a comunicação, essa relação transpassa a pedagogia e se encontra com a filosofia. Pode-se dizer que a pedagogia é uma concepção filosófica da Filosofia da Educação, que estuda a relação do homem com a sociedade. Ora, se a Filosofia da Educação se resume numa interpretação radical e rigorosa do homem no mundo, é razoável dizer que a educação e seus problemas se inserem também nestes estudos. Assim, com o suporte da filosofia, a pedagogia carregará a compreensão dos valores que a orientará no seu futuro. “Não há como se ter uma proposta pedagógica sem pressuposições, (no sentido de fundamentos) e proposições filosóficas, desde que tudo o mais depende desse direcionamento” (LUCKESI, 1995, 1993).

Ademais, cabe à filosofia a tarefa de fomentar a interdisciplinaridade e a discussão dos componentes curriculares na intencionalidade de um projeto educacional. Segundo Severino (1993, p. 10):

O que se espera da Filosofia da Educação no currículo do curso de formação do Magistério é que ela realize um trabalho integrador, mediante o desenvolvimento de uma reflexão sistemática, metódica, rigorosa e crítica sobre as várias dimensões em que se desdobra a existência dos sujeitos/educandos. Cabe a disciplina, destacar os aspectos relacionados com a própria condição da existência dos educandos e com a natureza simultaneamente teórica e prática do processo educativo.

A educação, como instância fundamental dentro da sociedade, não é neutra e está intimamente ligada à formação da docência. O termo formação, segundo dicionário Aurélio, (FERREIRA, 1999 p. 929), diz respeito a “dar forma a algo, conceber, imaginar, instruir, educar, aperfeiçoar; ser, construir; fundar, criar; tomar forma, se desenvolver; construir em fazer; educar-se, instruir-se, preparar-se”.

A formação é o eixo motriz que torna o professor um agente de construção de seu processo formativo, que reage e interage no contexto em que está inserido. Nesse movimento, o indivíduo constrói e se reconstrói, entendendo que não há formação sem a relação com o outro e consigo mesmo. Além disso, esse envolvimento não ocorre só nos aspectos pessoais, mas também nos emocionais e ideológicos, sendo uma metamorfose em constante processo de atualização, categorizada na busca pela educação e pela cidadania. É válida essa reflexão, pois faz parte da formação do docente o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autônomos e solidários. Segundo Machado (2006, p. 43) “educar para Cidadania significa prover os indivíduos de instrumentos para a plena realização desta participação motivada e competente, desta simbiose entre interesses pessoais e sociais, desta disposição para sentir em si as dores do mundo”.

Acerca da formação continuada, Rodrigues e Esteves (1993, p. 41) reiteram que “a formação não se esgota na formação inicial, devendo prosseguir ao longo da carreira”. Vale destacar o consenso de vários autores sobre a formação continuada, que se torna um processo de capacitação crítico-reflexivo sobre o saber do docente, indo muito além da prática usual no seu dia a dia para um patamar político-emancipatório. As relações sociais do docente envolvem e se tornam mais complexas. O ato de compreender o sentimento alheio e as emoções contidas proporcionam o exercício da empatia e esse olhar ao outro traz benefícios incalculáveis para a formação do caráter do aluno. A empatia faz a diferença e a convivência em grupo traz resultados promissores no aprendizado coletivo.

O ponto-chave da docência é a comunicação e saber se comunicar e se relacionar implica também saber ouvir, conceber e ajustar as ações. Ser comunicativo envolve humildade, psicologia e sabedoria por parte do docente para com os seus alunos. Minicucci (2011, p. 38) afirma que, “à medida que você vai utilizando o conhecimento em si e dos outros, aprende a maneira de se comunicar mais eficazmente”. Sem essa comunicação, o docente não conseguirá se relacionar com os seus alunos. O diálogo deverá ser mútuo, constante e verdadeiro e, sem essa iniciativa, a complexa relação entre os indivíduos será prejudicada.

Na teoria da ação comunicativa de Habermas (filósofo e sociólogo alemão conhecido pela sua ética da discussão, na qual a linguagem e o diálogo são elementos universais para o entendimento), a comunicação social tem por base filosófica a razão dialógica e a ação psicológica na ética discursiva. A integração dessa teoria é feita pela linguagem, mas, segundo Habermas (1990, p. 69), “somente em nível de uma ética universal da linguagem que se torna objeto do discurso prático também a interpretação dos carecimentos, ou seja, o que cada indivíduo crê que deva ser entendido e afirmado como os seus verdadeiros interesses”. Abarcando a teoria de a linguagem e o diálogo serem fundamentais para o convencimento sem coação, coerção ou cooptação, os argumentos racionais baseados na razão e na verdade sedimentarão o objetivo maior na educação, que é a afirmação factual da verdade.

## **Desafios**

A personalidade do indivíduo é distinta e única, forjada no seio da família e no seu habitat. Como demonstra Guerreiro (2004, p. 26):

Logo após o nascimento, cada novo membro de um grupo começará a assimilar uma carga de informações simbólicas culturais que seu povo construiu ao longo de muitas gerações. O conhecimento se dá mediante acumulação. Acumulamos o saber de nossos ancestrais [...]. A capacidade de simbolização e criação cultural permitiu-nos constituir uma extraordinária característica: pensar no que está presente.

Em seu âmago, o ser é transcendente e vai além das características da personalidade. Por natureza, o ser é uma essência curiosa e aventureira, sendo estimulada a todo momento por desafios. O homem está inserido dentro de seu contexto social e cultural e é formado dentro de modelos aos quais está exposto. Recebe informações de todos os moldes e lugares e isso passa a ser parâmetro para sua formação positiva ou negativa. O problema é como trabalhar isso na educação formal.

O grande desafio do professor será entender esse mecanismo para o equilíbrio das condicionantes positivas e negativas. Sempre que nos reportamos ao momento do esfacelamento teórico e ético, percebe-se que está faltando luz que faça convergir numa só força, além de capacidades para atingir objetivos comuns na evolução da humanidade. É necessário trabalhar o “ser” e isto é papel da cultura e da educação.

Desde a transmissão dos costumes tribais até a utilização da cibernética, defrontamos-nos com o processo que se resume na palavra “educação”. Desde os tempos mais remotos discute-se a questão dos meios mais adequados (adestramento, aprendizagem, iniciação) para alcançar os fins desse processo, que também são constantemente discutidos (formar o cidadão ideal, o profissional, o conformista, o questionador, o revolucionário, o temporário, permanente) (GILES, 1983, p. 11).

Em sua mais profunda concepção, educar é tornar o homem humano. É pelo processo educativo que o indivíduo busca a perfeição, a evolução, adquirindo características próprias e distinguindo-se dos outros seres vivos. Segundo Pivatto (1990, p. 45) “a educação dá ao homem a competência que animal tem por instinto”.

O sentido e a finalidade da educação dependem de uma série de situações nas quais os indivíduos estão posicionados. Essas situações se relacionam no contexto histórico do homem e do mundo. Segundo Fauré (1977, p. 62), “a educação, durante muitos anos, teve a função de reproduzir a sociedade e os temas sociais existentes e hoje já não pode mais agir assim, pois, exige uma força evolutiva que acelera a sociedade a pensar de como modelar o futuro”. A educação continua a ser vital e necessária para mudar, se for preciso, as forças sociais e políticas, sendo não mais fundada na cultura greco-romana, em que o homem, na plenitude das suas forças, definia os caminhos a serem trilhados. Esse fundamento não mais resiste às mudanças sociais e culturais e, muito menos, aos paradigmas econômicos das sociedades atuais.

Ensinar exige o reconhecimento dos saberes difusos do educando e será fundamental entender e acompanhar a educação trazida do seu convívio social e cultural. Cabe ao professor explorar esse conhecimento implícito e trabalhar os conteúdos nessa realidade a fim de dar sentido ao aprendizado. Tornam-se essencial a participação e o despertar do aluno para uma nova realidade.

A escola é local próprio para os desafios, é o laboratório de ensaio, onde a prática e a compreensão do aprendizado favorecerão a formação do indivíduo consciente dos seus direitos e deveres como cidadão numa sociedade carente de ética. Enquanto existir um comprometimento com a ética, o ambiente escolar será frutífero e promissor tanto para os professores como para os alunos, a direção, os funcionários e os familiares.

As atitudes éticas cabem primeiramente ao professor. Cabe a ele, no seu comportamento diário, servir como espelho. Ao ensinar e promover a ética, o docente não pode se distanciar da sua formação acadêmica. A autocrítica deve sempre prevalecer, não como cobrança, mas, sim, como princípios.

Pensar em ficar longe da ética é uma transgressão ao convívio social. Praticar uma educação em que a reflexão é colocada num plano inferior, privilegiando a educação voltada ao tecnicismo é amesquinhar o que há de mais sagrado no ser humano no exercício educativo na sua formação cidadã. Em uma educação dirigida ao mercantilismo, o único vencedor será a

máquina. Educar é, essencialmente, formar um indivíduo para o pensamento voltado à transformação das realidades e às quebras de paradigmas. O professor não pode pensar em simplesmente educar, mas, sim, em transformar esse discente, sob pena de ele permanecer submerso à rigidez das conveniências sociais. Os desafios da docência passam também pelas condições valorativas do professor que, em sua nobre função, não pode ser tratado como mero profissional. A docência exige muito do profissional e espera-se por retornos e reconhecimentos que vão desde a dignidade em receber proventos compatíveis com a sua formação, na sua importância no contexto social, até às condições estruturais mínimas para sua nobre missão.

### **Mercado de trabalho**

Poucos bens e serviços são tão intensivos em mão de obra na sua produção – cerca de 70% do custo – como os serviços destinados à educação. Diante dessa constatação, é oportuno destacar que o nível salarial fica bastante prejudicado e reflete diretamente nas questões da qualidade do ensino.

Atualmente, existem no Brasil cerca de 2,2 milhões de pessoas trabalhando como professores no sistema educacional de acordo com o censo escolar realizado pelo INEP/MEC em 2016. Baseando-se nesses números, uma taxa de 2,5 a 3,0% ao ano de acréscimos significa um incremento anual em torno de 40 mil profissionais que ingressarão no mercado de trabalho. Em contrapartida, o número de alunos inseridos no sistema educacional dependerá da faixa etária de cobertura para esse ingresso. Estudos indicam que, atualmente, no sistema, existem 18 crianças em idade escolar por professor. Essa média é menor do que na década passada (em torno de 23 crianças em idade escolar). Portanto, uma deficiência de 5 crianças e que pode se agravar. No ano de 1979, esse número era de 25 crianças em idade escolar, baixando no final da década de 1990 para 23. Diante desse quadro, conclui-se que a única explicação para que ainda exista mercado aberto para a docência é o fato de que, nas renovações dos quadros docentes, novas vagas de trabalho surgem.

### **Perfil do professor**

O perfil do professor pouco mudou com relação ao gênero. A população feminina predomina na profissão, com 97% das ocupações, principalmente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Já nas regiões Norte e Nordeste, esse índice fica em torno de 80%.

Com relação à faixa etária de interesse na função de professor, verifica-se que existe um número substancial de pessoas na faixa dos 30 anos em formação e na execução da docência, indicando uma deficiência na procura dos jovens na faixa dos 20 anos. Observa-se, também, uma grande procura por pessoas na faixa acima dos 40 anos. A partir dessa faixa etária, é mais rara a procura pela docência.

Para a formação qualificada de um professor, calcula-se uma média de 12 anos dedicados aos estudos, entre graduação, cursos de extensão, pós-graduação, mestrado e doutorado. Essa dedicação indica uma média superior a muitas outras profissões na força de trabalho.

Novos modelos surgem na busca de construir um novo paradigma na educação. Os gregos buscaram na antiguidade clássica superar as explicações mitológicas, centralizadas em como poderiam esclarecer a construção do cosmos na formação do universo e, em particular, o homem nesse contexto. Essa concepção antiga grega, chamada de antropocentrismo, hoje deu lugar a uma relação entre o individualismo e o coletivo. A partir desta nova perspectiva de percepção da realidade do individualismo e o coletivo, o caminho seguro segue pela multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade.

A multidisciplinaridade se caracteriza pelo estudo de um determinado objeto em diferentes ângulos e visões. Recorre-se a informações de várias áreas a fim de estudar um determinado assunto sem a preocupação de interligá-las entre si. Cada disciplina contribui para formação do estudo e a interdisciplinaridade pressupõe a integração. É o resultado de uma análise voltada para a prática integradora com vistas a abordagens dos problemas de forma singular. Essa perspectiva diferenciada exige liberdade de ação.

Nesse compasso, o modelo disciplinar fragmentado não responde mais às exigências dos tempos atuais. O perfil do professor no futuro será de enfrentar esse novo desafio, pois, se temer as novas abordagens, não resistirá às mudanças.

### **Materiais e métodos**

O método e os materiais utilizados são aspectos fundamentais de um trabalho científico. O método, quando bem utilizado, é um fator de economia numa pesquisa, pois as regras padronizadas e adequadamente usadas são ferramentas eficientes ao pesquisador.

A palavra método vem do termo grego “*methodos*” e significa um conjunto de etapas e formas que deverão ser atingidas num processo investigativo de criação numa produção científica.

O presente artigo foi elaborado de forma precisa a partir de uma pesquisa criteriosa, explorando os elementos disponíveis, como livros, revistas, site da internet, artigos científicos e vídeos. Houve a necessidade de, primeiramente, formalizar um esquema envolvendo a pesquisa de maneira autônoma e neutra, caracterizada por muitas leituras e sínteses. Não existe alternativa que além da dedicação exclusiva para elaboração de um trabalho de pesquisa, principalmente quando se trata de temas tão complexos como o do presente artigo.

### **Resultados e discussão**

A partir deste trabalho, observou-se que o tratamento com a educação é deveras complexo. Desde os primeiros passos de implantação de uma educação no Brasil, dirigida à aculturação numa doutrina religiosa até as questões discutidas sobre métodos e forma, a educação exigiu um ambiente de muito debate e entendimento. Há de se realçar que, no Brasil, muitos experimentos e ensaios na educação foram executados sob a tutela das esferas governamentais, a fim de encontrar um equilíbrio com os interesses sociais e econômicos.

O agente proativo nesse processo educativo deve adaptar-se às variações frequentes, consciente de que o principal protagonista é o aluno. Metas e diretrizes deverão ser cumpridas pelos agentes na sua função de ensinar e a administração das burocracias do sistema, além das mediações das ações pedagógicas fazem parte desse processo. Verifica-se que o professor não mais será um transmissor, mas um arquiteto na educação. O grande desafio desse profissional é evitar que a educação recaia num processo de “envelhecimento” e que possa rejuvenescer suas ideias. A renovação de métodos, formas e maneiras de fazer educação será o caminho para o futuro. O discurso cientificista deverá pleitear com a filosofia na emancipação da linguagem e da crítica do amadurecimento humano no entendimento de um agir comunicativo. Nesse mundo virtual, a pergunta que se impõe é: que seres humanos formarão? Teremos capacidade de competir com essas novas plataformas ou nos perfilar a elas? A resposta está na singularidade do docente, na sua sensibilidade e na efetividade em tratar desses assuntos tão importantes para a educação.

### **Considerações finais**

Ao fim deste trabalho, ficou evidente que o docente, de uma forma ou de outra, sempre se fez presente, desempenhando papéis distintos ao longo da história do processo de implanta-

ção do ensino brasileiro, com suas complexidades ideológicas e culturais. Muitos desafios de cunho social, econômico e educacional foram e deverão ser vencidos. A escola do presente e do futuro tem que ser revigorada, com uma nova visão voltada à rejeição de qualquer possibilidade de exclusão. O trabalho do docente é ser um incentivador de possibilidades. O professor, na sua essência, é como um bom sacristão, um bom médico, um humanista por excelência, não distinguindo lugar ou hora para sua missão. O professor, embora muito desvalorizado (principalmente no aspecto remuneratório), leva no seu peito a ordem de bem servir, apesar de ser vítima de uma lógica invertida, na qual ele forma profissionais que acabam sendo muito mais valorizados e melhor remunerados que o docente. Muitos temas relacionados à educação ainda requerem debates e a educação e seus agentes envolvidos não têm mais tempo a perder. A compreensão desse processo de qualificação do ensino configura-se na apropriação não só da escola, mas, também, das políticas educacionais. A comunidade em geral, composta de pais e alunos, em conjunto com a comunidade gerencial escolar, devem comprometer-se com as políticas do setor.

A formação profissional do professor é um tema fundamental na discussão educacional e ainda se questiona se esse processo de formação docente está sendo suficiente para uma boa qualificação nos dias de hoje e se a formação complementar está comprometida com a qualificação ou é um mero discurso ordinário. A educação como esteio de um povo não pode mais esperar por uma atenção mais qualificada por todos e é papel da academia trazer esses questionamentos à luz do debate e da possibilidade de mudança.

### Referências

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo, 1998.

BARBOSA, L. L. **Filosofia e cultura: influências na educação brasileira**. Porto Alegre: EDPUCRGS, 1994 São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CHISHOLM, Roderick M. **Teoria do conhecimento**. Indaial: UNIASSELVI, 2012.

FAURE, E. *et al.* **Aprender a ser**. 2. ed. Lisboa: Difusão Editorial do Livro, 1977.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GONZAGA, J. L. A.; REIS, J. T. **Interdisciplinaridade: a emergência de um Paradigma**. Porto Alegre: Universitária Metodista, 2016.

GUERREIRO, S.(Org). **Antropos e psique: o outro e a sua subjetividade**. 5. ed. São Paulo: Olho d'água, 2001.

LINS, M. J. S. da C. **A Filosofia de John Dewey: reflexões e perspectivas atuais para escola brasileira**, Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: [encurtador.com.br/ikrE9](http://encurtador.com.br/ikrE9). Acesso em: 09 jun. 2018.

JUSTO, H. **Traços da identidade ideal do professor**. Porto Alegre: PUCRGS, 1994.

MARTINS, J.; COELHO, K. S. **Didática e a formação do professor**. Indaial: UNIASSELVI, 2011

MARCELO, C. **Formação de professores para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora, 1999.

MACHADO, N. J. **Cidadania e educação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

MINICUCCI, A. **Relações humanas**: psicologia das relações interpessoais. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. Desenvolvimento Profissional dos Professores. *In*: FORMOSINHO, J. (Coord.) **Formação de professores**: aprendizagem profissional e ação docente. Porto, Portugal: Porto, 2009.

PIERITZ, Vera Lúcia Hoffmann. **Relações humanas e sociais**. Indaial: UNIASSELVI, 2012.

PINENT, C. E. da C. **Situando Habermas**. Porto Alegre: PUCRGS, 1995.

PIVATTO, P. S. Palestra proferida em 1990, na PUCRGS, sobre influência da filosofia e da cultura na Educação Brasileira. *In*: BARBOSA, Loiraci Lopes. **Filosofia e cultura**: influências na educação brasileira. Porto Alegre: EDPUCRGS, 1994.

SIMIONATO, M. F. **Formação de professores, mudanças paradigmáticas e ensino médio**. Porto Alegre: Universitária Metodista, 2016.

SCHINEIDER, L. A. **Homem e mundo**. Canoas: ULBRA, 2010.

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.



# FILOSOFIA, ÉTICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

## Philosophy, ethics and sustainable development

Rafael Gonçalves Barboza<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como tema as dificuldades da preservação ambiental e a identificação de obstáculos éticos responsáveis por tais empecilhos. Os objetivos desta pesquisa incluem a solução destas dificuldades através da revisão dos conceitos filosóficos da ética e do desenvolvimento econômico de base ecológica, ambos pautados em uma educação ambiental inclusiva. Para realização deste texto, foram utilizados artigos científicos e obras de autores especializados nos temas da filosofia, educação e economia. Este artigo foi estruturado com base no método qualitativo de pesquisa, utilizando-se da revisão bibliográfica dos autores referenciados para evidenciar os problemas e da busca por respostas deles. A conclusão deste baseia-se na utilização da filosofia, da educação e do ecodesenvolvimento como solução para as deficiências éticas e obstáculos impostos do contexto contemporâneo à preservação do meio ambiente.

Palavras-chave: Filosofia. Ética. Educação.

**Abstract:** This article deals with the difficulties of environmental preservation and the identification of ethical obstacles responsible for such obstacles. The objectives of this research include the solution of these difficulties by reviewing the philosophical concepts of ethics and the ecologically based economic development, both based on an inclusive environmental education. For this text, scientific articles and works by authors specialized in the themes of philosophy, education and economics were used. This article was structured based on the qualitative research method, using the bibliographical review of the referenced authors to highlight the problems and search for answers by them. Its conclusion is based on the use of philosophy, education and eco-development as a solution to the ethical deficiencies and obstacles imposed by the contemporary context to the preservation of the environment.

Keywords: Philosophy. Ethics. Education.

### Introdução

A preservação do meio ambiente e a utilização de recursos naturais são temas discutidos com intensidade desde a antiguidade, na qual a utilização de recursos naturais era uma preocupação presente, segundo Marum (2011, p. 1327) em documentos, “como o Código de Hamurabi, o Livro dos Mortos do antigo Egito e o Hino persa de Zaratustra”. Hoje em dia, há uma preocupação constante com a natureza, presente em diversas organizações de combate ao uso irresponsável e predatório dos recursos naturais, por exemplo: Greenpeace, Sea Shepherd Conservation Society entre outras que tem como objetivos principais a ecopreservação e a paz.

Há, inclusive, leis que foram criadas com o intuito de sistematizar a discussão do meio ambiente e incluir a preservação dele em diversos setores sociais. No Brasil, possuímos uma legislação específica para este assunto há 37 anos, como nos mostra o Art. 2º da Lei nº 6.938 de 1981 ou Política Nacional do Meio Ambiente “que tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida”. Mas, mesmo com todas essas ações positivas em defesa da utilização consciente dos recursos naturais, essa conscientização sofre ainda hoje de uma espécie de membrana social fina que embaça a visão e cobre atitudes boas da população em prol da natureza. Entretanto, por que isso acontece?

A resposta dessa pergunta será a força por trás desta pesquisa, pois dependemos do meio ambiente e dos recursos naturais disponíveis, visto que são essenciais para a nossa existência. A má utilização e gestão do nosso ambiente natural resulta em grandes perdas na qualidade de vida dos seres humanos.

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

A relação do ser humano com o meio ambiente exige uma série de processos educacionais para conscientização da população mundial a respeito da importância do meio ambiente e de sua preservação, processos que já acontecem em diversos países, mas que dependem de fatores sociais que atualmente estão em crise, como a ética e o pensamento coletivo.

Para refletir sobre os fatores sociais que levam a uma relação ainda deficiente do ser humano com a natureza, utilizaremos o princípio da filosofia ambiental, ramo da filosofia que estuda os princípios individuais geradores de problemas ambientais, a natureza e o papel do ser humano em relação a ela.

Dentre os objetivos desta pesquisa, incluem-se: analisar as dificuldades dos processos de educação ambiental e realizar um estudo detalhado da importância que a filosofia e a ética têm no desenvolvimento do pensamento coletivo e do caráter individual dos seres humanos atualmente, além do objetivo principal de formar uma solução aos problemas ambientais provenientes da ação (ou falta de ação) dos seres humanos.

Para encontrar esta solução e as respostas que procuramos, será realizado, neste artigo, uma pesquisa de base qualitativa em materiais e fontes bibliográficas sobre o tema, partindo do ponto de vista de autores, pensadores e artigos especializados. Utilizaremos também do princípio da reflexão sobre a importância da ação humana no contexto ambiental e da educação ambiental, ética e atitudes coletivas, para assim chegar ao denominador comum relativo à convivência do ser humano e da natureza.

### **A ética e a conscientização ambiental**

A natureza e o meio ambiente são temas constantes nos espaços acadêmicos e políticos hoje em dia. Inclusive, existem organizações, grupos e variados movimentos sociais que se destinam exclusivamente à conscientização sobre a preservação da natureza, e se posicionam contra a exploração predatória dos recursos naturais, estudando e evidenciando os impactos que tal exploração gera no planeta.

A grande questão é que mesmo com organizações deste tipo agindo ao redor do mundo, ainda há muitas pessoas que não entendem ou não adotam a preservação e utilização responsável do meio ambiente como um princípio básico. Qual o motivo disso?

Tudo indica uma forte deficiência ética em relação aos projetos humanos estabelecidos a longo prazo e ao local em que vivemos ou modo como vivemos. Segundo Cunha:

Sem dúvida, “vivemos hoje numa crise ética e da ética”. O problema é, “antes de tudo, compreender as raízes da crise que afeta a sociedade moderna em geral” (CNBB, 1933:13). Porém, a forma de gestão dessas crises, as já instaladas e as que, imprevisivelmente, se instalarão, fica limitada ao modo de nos posicionarmos diante da vida e diante do outro, bem como do planeta [...]. É tempo urgente de lembrarmos e de resgatarmos a dignidade humana e o supremo sentido da vida, a vida com qualidade [...]. O desenvolvimento de novas correntes de pensamento, a exemplo da moralização do bem público – pertencente a todos, não somente a alguns – a bioética, a ética na política, os debates a respeito da pobreza, das enfermidades (inclusive as da alma), aqueles relativos aos direitos humanos, além do desejo de debates acerca do desenvolvimento e da paz – como condição de sobrevivência humana – e a tão requisitada responsabilidade pelas escolhas [...] (CUNHA, 2012, p. 17-18).

Como podemos ver no enunciado anterior, a deficiência ou crise ética se torna um grande obstáculo na conscientização ambiental e surge de modo geral, ou seja, se aplica a todos os setores sociais que se relacionam à qualidade de vida e ao resgate da dignidade humana. Diante destes fatores, é importante revisitarmos o conceito de ética que estamos abordando e embasando o nosso assunto. Segundo Valls (1994, p. 5), a ética é: “Tradicionalmente ela é entendida

como um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica, e eventualmente até teológica, sobre os costumes ou sobre as ações humanas [...]. A ética pode ser o estudo das ações ou dos costumes, e pode ser a própria realização de um tipo de comportamento”.

Neste sentido, conforme o autor evidencia, a ética é uma reflexão sobre os costumes e ações humanas, ou mesmo a realização de um tipo de comportamento específico. Essa mesma ética, no contexto ambiental, passa a ser então uma reflexão sobre essas ações ou costumes humanos, que resultam em impactos ao meio ambiente e a natureza. Todavia, qual seria o motivo gerador desta crise ética? Segundo Singer:

Não se desenvolveu ainda nenhuma ética capaz de enfrentar essa ameaça. Alguns dos princípios éticos de que dispomos são exatamente o contrário daquilo que precisamos. O problema é que, como já vimos, os princípios éticos mudam lentamente, e o tempo que temos para desenvolver uma nova ética ambiental é curto. Tal ética consideraria cada ação prejudicial ao meio ambiente eticamente duvidosa, e francamente errada toda e qualquer ação que fosse desnecessariamente prejudicial (SINGER, 1993, p. 300).

Como o autor explica no trecho anterior, há um tempo curto para o desenvolvimento de novos princípios éticos que atendam às necessidades atuais, e a mudança ocorre lentamente. Essa lentidão no processo de evolução dos princípios éticos ambientais, ocorre porque coloca em dúvida outras ações e não apenas a ética em si, pois seria necessário propor uma nova definição moral de certo ou errado e, também, delimitar o que seria considerado o tipo de “ação desnecessariamente prejudicial”.

Podemos também trazer à tona as consequências que a possível existência de uma ética formal desse gênero atribuiria em termos de regras para a construção econômica de uma sociedade, pois, há atitudes do setor econômico que não poderiam ser consideradas necessárias e que ainda assim prejudicam o meio ambiente, por exemplo: a utilização de veículos automotores movidos a combustíveis fósseis, a produção excedente de grãos utilizados na alimentação de animais e o destino deles para a proliferação de rebanhos de gado e afins.

Segundo Costa (2008, p. 13-14):

[...] é factual o estabelecimento de uma relação direta entre a atividade econômica mundial e os consequentes danos causados ao meio ambiente ao longo dos tempos. De modo que a conscientização da sociedade acerca das questões ambientais e sociais relacionadas aos problemas ambientais resultantes de uma extensiva atividade econômica relaciona-se com a origem do debate sobre o desenvolvimento econômico de forma sustentável.

O argumento anterior relaciona as dificuldades da preservação ambiental diretamente ao desenvolvimento econômico mundial, ou seja, significa que seria necessário repensar os processos da atividade econômica desde suas bases para efetuar uma modificação em sua origem. Esta mudança necessitaria de um processo educacional ético e que incentivasse ações em benefício do bem público maior, que é o meio ambiente.

Sendo esses apenas alguns dos exemplos que teriam de ser abordados durante o processo de desenvolvimento de um novo princípio ético, entre inúmeras outras possíveis dificuldades pontuais que iriam surgir no processo de modificação. Então, como alterar essa situação? Como reparar os danos pontuais que efetuamos em virtude de nossa conduta? A proposta de solução para esses problemas surge por meio da filosofia, da educação ambiental e do ecodesenvolvimento.

### **A filosofia, educação ambiental e ecodesenvolvimento**

Uma forma efetiva de refletir sobre esta crise de princípios éticos necessários ao nosso meio ambiente e a qualidade de vida, é a utilização da filosofia como suporte educacional. A

filosofia é um campo do estudo que permite a reflexão e inserção pessoal nos problemas cotidianos, ou seja, através da reflexão filosófica que podemos buscar respostas para obstáculos do nosso dia a dia. Cipriano Carlos Luckesi nos coloca junto da filosofia com a afirmação de que:

Ninguém vive o dia a dia sem um sentido; para o seu trabalho, para a sua relação com as pessoas, para o amor, para a amizade, para a ciência, para a educação, para a política etc. [...] a filosofia se manifesta ao ser humano como uma forma de entendimento que tanto propicia a compreensão da sua existência, em termos de significado, como lhe oferece um direcionamento para ação, um rumo para seguir ou, ao menos, para lutar por ele (LUCKESI, 2011, p. 35).

De acordo com o autor, podemos definir que, com o exercício da filosofia, ocorre a compreensão da existência do ser humano, do seu “lugar no mundo” e com isso ele também tem um direcionamento para suas ações, um sentido, um motivo para percorrer o caminho da busca por uma solução de um determinado obstáculo, seja ele social ou não.

Ela estabelece uma visão diferente de situações comuns, possuindo inclusive, como diz Luckesi (2011, p. 35), finalidades mais amplas, que são, segundo ele, “aquelas que se referem ao sentido da existência: buscar o bem da sociedade, lutar pela emancipação dos oprimidos, lutar pela emancipação de um povo etc. Isso tudo por quê? Certamente devido ao fato de que a vida só tem um sentido se vivida em função de valores dignos e dignificantes”.

Neste caso, a filosofia serve justamente para inclusão do ser humano no problema social relacionado à preservação do meio ambiente, exploração predatória e afins. Claro que ela serve como força motivadora de mudanças práticas em outros setores do conhecimento, pois, utilizá-la como molde apenas em seu próprio campo do conhecimento não trará mudanças ao conjunto social. Partindo desta definição, sobre a filosofia e seu exercício, a melhor forma de incluir esse tipo de reflexão à população é através das suas bases, ou seja, através da educação.

### **A educação como veículo da reflexão ambiental**

É a proposta de uma formação educacional (em todos os ambientes) pautada nos problemas ambientais, não como conteúdo isolado do currículo escolar e sim como contexto geral dos campos do conhecimento, ou seja, não tratada isoladamente, assim realizando os propósitos da filosofia vistos anteriormente e os da própria competência docente, que tem como princípio, segundo Cortella:

[...] a capacidade de não só fazer bem aquilo que se faz, mas fazer o bem com aquilo que se faz. Não é um trocadilho, é um propósito [...] o que entendo como o bem? Não é o bem exclusivo, não é o bem do indivíduo – é também o do indivíduo –, mas é o bem de uma comunidade na qual estamos inseridos [...] isto se aplica à formação de qualquer pessoa, seja por intermédio da atividade docente (isto é, da escola), seja pela educação em geral (CORTELLA, 2017, p. 9).

Como vimos através da citação do autor, a competência docente traz em seu meio a boa prática de se fazer o bem com o que se faz, ou seja, não só apenas executar bem suas ações, mas fazer com que elas acabem refletindo de forma positiva em outros setores sociais. Neste trecho, podemos identificar claramente a importância desta educação ambiental pautada na inserção do indivíduo e na reflexão filosófica da sua importância no contexto social.

### **O ecodesenvolvimento como projeção da educação reflexiva**

Essa educação ambiental que se utiliza da inserção do indivíduo em situações cotidianas, exercitando assim a autorreflexão, influencia diretamente na consolidação da sustentabilidade

como principal meio de desenvolvimento. Esse desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento surge como uma necessidade emergente em dimensões ecológicas e sociais. Segundo Montibeller Filho (2001), o termo ecodesenvolvimento:

[...] significa o desenvolvimento de um país ou região, baseado em suas próprias potencialidades, portanto endógeno, sem criar dependência externa, tendo por finalidade “responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio” [...]. O ecodesenvolvimento pressupõe, então, uma solidariedade sincrônica com os povos atuais, na medida em que desloca o enfoque da lógica da produção para a ótica das necessidades fundamentais da população; e uma solidariedade diacrônica, expressa na economia de recursos naturais e na perspectiva ecológica para garantir possibilidade de qualidade de vida às próximas gerações. É a definição de um novo *Princípio de Responsabilidade* inerente ao ambientalismo [...] (MONTIBELLER FILHO, 2001, p. 45, grifo do original).

Esse ecodesenvolvimento se torna uma projeção econômica do pensamento reflexivo expresso na educação ambiental, pautada pela reflexão filosófica discutida anteriormente, assim propagando os propósitos da filosofia enquanto campo do conhecimento e da competência docente através de um desenvolvimento econômico racional e com qualidade de vida.

### **Materiais e métodos**

Na elaboração deste artigo, foi utilizado o método qualitativo de pesquisa científica com base na análise de informações e na revisão bibliográfica de outros artigos e obras correspondentes ao tema. Foram escolhidos e selecionados para a produção dos textos, referências de autores que tem como base fundamental a filosofia, educação e a economia.

Essas escolhas foram realizadas em virtude da fundamentação teórica ter sido planejada em torno de contextos éticos, educacionais e do desenvolvimento econômico sustentável, fazendo-se necessária uma revisão dos conteúdos apresentados e um direcionamento destes ao tema principal do artigo, conduzindo-os, assim, para uma proposta de solução, através dos recursos apresentados.

A forma e o método de pesquisa foram escolhidos em virtude da liberdade reflexiva que a revisão bibliográfica possibilita a um texto científico e como complemento a um pensamento inicial, que foi obtido e alimentado através da seleção de conteúdos para confecção deste artigo.

Com essas definições, foram separados trechos das obras escolhidas para direcionamento dos objetivos principais da pesquisa, estruturando assim uma linha lógica e reflexiva de pensamento ao efetuar a evidenciação das dificuldades impostas ao tema principal e as propostas de solução a estas dificuldades.

### **Resultados e discussão**

Recordando as fundamentações teóricas baseadas nas informações obtidas através da revisão bibliográfica, obtemos respostas simples e contextuais das situações problematizadas no início deste artigo.

Entendemos que o tema da preservação ambiental e favorecimento da exploração de recursos de maneira sustentável, preocupa a sociedade há algum tempo, mas identificamos também que há algumas dificuldades em propagar o pensamento pró-ambiental através da sociedade.

Essas dificuldades da preservação ambiental surgiram a partir de um ponto de vista ético, dificuldades que refletem em setores sociais, não apenas no meio ambiente. Como resultado desta pesquisa, podemos definir que para resolução dessa crise ética atual, há o recurso da

reflexão filosófica, que conduz a identificação do ser humano como agente da mudança para o ambiente a sua volta e para a propagação deste pensamento ambiental, através da educação em todos os níveis do ensino formal.

Além destes, apontamos ainda a projeção que essa educação pautada na reflexão filosófica sobre o meio ambiente geraria no setor econômico, favorecendo a mudança da atividade econômica, reeducando-a para um desenvolvimento sustentável, que surge através de uma nova forma de pensar a preservação ambiental.

### **Considerações finais**

Este trabalho fez uma análise das dificuldades e obstáculos que a preservação ambiental encontra em sua propagação e nas ações que o ser humano poderia influenciar positivamente.

Foi evidenciado que há uma crise ética que afeta setores sociais de todos os tipos e reflete diretamente quando o assunto é a preservação do meio ambiente. Verificamos também que a dificuldade para ações que beneficiariam a preservação deste meio ambiente, tem sua raiz nesta crise ética e que não há, até o momento, uma solução rápida para tal problema, por ser necessário o estabelecimento de uma nova ética ambiental, pois, os conceitos atuais não são os necessários à realidade da sociedade em que vivemos.

Ao partirmos da problematização ética que permeia a sociedade atual e consequentemente afeta o meio ambiente, propomos uma possível solução a longo prazo e de âmbito geral, que engloba os diversos setores da sociedade, mas que tem como principal motivação gerar uma ética que atenda a realidade ambiental atual, modificando assim setores sociais importantes e que historicamente são responsáveis por grande parte dos danos ao meio ambiente, como a atividade econômica mundial, tornando-a uma prática responsável e sustentável.

Essa solução a longo prazo estabelece uma nova base ética, pautada na reflexão filosófica da importância do indivíduo e seu papel na sociedade. Na sua prática, seria aplicada aos diversos setores educacionais, não na forma de conteúdo curricular, mas como formação social e prática do exercício da cidadania, formando assim, uma ética ambiental e de importância social, que teria o poder de influenciar positivamente a sociedade a partir de suas bases educacionais, refletindo positivamente em outros setores sociais que sofrem da mesma crise ética, tornando possível, assim, o uso consciente dos recursos naturais e um desenvolvimento econômico sustentável.

Podemos concluir, então, que a existência de uma crise ética torna emergente uma atitude de mudança em relação ao meio ambiente, pois ele constitui o maior bem público da sociedade e é de uso de todos os habitantes do mundo. Não há solução efetiva o suficiente para alterar a situação atual da noite para o dia, mas com ideias reflexivas e que compreendam o “todo social”, podemos efetuar a mudança a partir de atitudes simples do dia a dia. O estudo do tema abordado neste artigo, traz consigo uma carga de inúmeros outros assuntos específicos do meio, devido ao âmbito de discussão ser vasto, o que gera novos ganchos para pesquisas dos mais variados tipos e gêneros, mas, no geral, podemos entender que a mudança de algumas ações que nos passam despercebidas no cotidiano, poderiam se tornar atitudes em prol do meio ambiente, para alcançarmos o bem comum, que infelizmente ainda passa por uma construção vagarosa.

### **Referências**

BRASIL. **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm). Acesso em: 17 abr. 2018.

CORTELLA, Mauro Sérgio. **Basta! Reflexões urgentes para pais e mães**. São Paulo: Cortez Editora e Novo Século Editora, 2017.

COSTA, Mara Regina Machado. **Sustentabilidade Ambiental**: dificuldades e alternativas. 2008. 47 f. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CUNHA, Maria Lourdes da. A ética como fundamento dos projetos humanos. *In: A Ética Como Fundamento dos Projetos Humanos*. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

MARUM, Jorge Alberto de Oliveira. Meio ambiente e direitos humanos. *In: Direitos humanos. Doutrinas essenciais. Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 3, 2011.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

SINGER, Peter. **Ética prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VALLS, Álvaro L. M. **O Que é Ética**. Editora Brasiliense, 1994.

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.





# A PROSTITUIÇÃO SEGUNDO BERTRAND RUSSELL

## The prostitution according Bertrand Russell

Jairo Demm Junkes<sup>1</sup>

Cláudia Rejane Nogueira Siqueira Junkes<sup>1</sup>

**Resumo:** Bertrand Russell se dedicou a refletir sobre vários temas em sua carreira filosófica. Neste artigo serão abordadas suas reflexões acerca da sexualidade, um aspecto já bastante conhecido no autor. Contudo, desta vez, será abordado um aspecto diferente à questão sexual: a prostituição.

Palavras-chave: Russell. Prostituição. Ética. Século XX. Sexualidade. Relacionamento.

**Abstract:** Bertrand Russell devoted himself to reflecting on various topics in his philosophical career. This article will discuss his reflections on sexuality, an aspect already well known in the author. But this time, a different aspect will be addressed to the sexual issue: prostitution.

Keywords: Russell. Prostitution. Éthic. 20<sup>th</sup> century. Sexuality. Relationship.

### Introdução

Em 1929, Bertrand Russell escreve um texto (que consta em uma coletânea de artigos muito polêmica do autor), este que não somente fornece uma noção do amplo domínio britânico em âmbito global, mas que também (é aí onde reside a polêmica) disserta sobre sexualidade, fazendo referência ao gênero e carga psicológica desprendida através da prostituição. Como o próprio autor revela, “o verdadeiro crime da prostituta é revelar como são ocas as profissões moralistas” (RUSSELL, 1996, p. 100).

Ele não se limita a comentar a exploração da mulher e como todos desviam seu olhar para a questão por conta de uma visão e reflexão superficiais. Bertrand vai buscar uma reflexão mais profunda, buscando compreender não somente a exploração dessas pessoas (no contexto do artigo, apenas as mulheres) no mercado, coisificando a pessoa e seu corpo. Russell vai buscar uma compreensão do impacto psicológico que existe em todos os envolvidos. É importante observar que o autor não transita em uma escala de gravidade – quem é mais ou quem é menos afetado –, não é essa a intenção. O interesse é demonstrar (e, o deste artigo, reafirmar) essa relação, além de exercer impacto nas mentes de todos os envolvidos no contexto, seja de forma consciente ou não. Ainda, é preciso mencionar que é uma relação que ocorre há muito tempo, tornando-a cada vez mais depreciativa pelo simples fato de não se realizar uma discussão madura sobre a temática.

Como já mencionado, Russell vai, de certa maneira, demonstrar o quão grande era o império britânico. Ele faz isso não narrando a bravura dos viajantes ou demonstrando como foi importante a evangelização de clérigos por todo o globo. Ele vai demonstrar que existem, embora não discutamos eles diretamente aqui (pois certamente pesquisadores da sociologia e antropologia fariam essa discussão de outra maneira, de uma forma diferente da filosofia), hábitos entre as diversas regiões que envolvem costumes alimentares, de vestimenta, de leis, de sexualidade e de religião. Relacionemos agora essas conclusões com as próprias palavras de Russell: “Com efeito, a sua origem era das mais elevadas. A princípio, a prostituta era uma sacerdotisa dedicada a um deus ou deusa e, servindo o transeunte desconhecido, realizava um

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

ato de adoração. Era, naqueles tempos, tratada com respeito, e os homens que a usavam lhe rendiam tributo” (RUSSELL, 1996, p. 100). O pensador britânico pretende afirmar que o uso das relações sexuais não tinha, para muitos grupos sociais, apenas a fonte de propagação da vida, conforme a idealização criada pelo cristianismo. Esta não era vista aos moldes que conhecemos na pós-modernidade, mas sim, um elemento que pertencia a um contexto que aos nossos contemporâneos parece inusitado, que é o contexto cerimonial religioso.

A questão do uso das sexualidades muito provavelmente tornou ainda mais violento o processo de aculturação britânico em outras regiões do globo. Um exemplo é o marinheiro que, ao ficar muito tempo confinado em embarcações durante longas viagens marítimas, tinha enormes dificuldades de conter os impulsos carnis ao entrar em contato com a presença feminina. A instituição religiosa obviamente que tinha o dever, segundo suas crenças, de intervir na questão, orientando seus sacerdotes para que os mesmos observassem com cuidado ante os prazeres da carne, e orientando seus fiéis, os marinheiros, ou em um segundo momento, os colonizadores, diante dessa ameaça ao espírito. “Os apóstolos cristãos encheram muitas páginas invectivas contra o sistema que, diziam eles, demonstrava a lascívia da adoração pagã e sua origem nos ardis satânicos” (RUSSELL, 1996, p. 100).

Parece, para Russell, que a atividade religiosa cristã que buscava, “espiritualmente”, expandir seus domínios, teve grande sucesso até o ano de 1929, havendo, segundo ele, uma grande diminuição desse tipo de prática em vários lugares. Provavelmente, por questões de influência religiosa na constituição de leis, esta que delegava uma função antes tida como normal para um status socialmente marginal.

Ele também percebe, até onde pôde ter contato, que muitas mulheres passam a integrar o mercado de trabalho em diversas funções, fazendo com que pudessem contribuir com os rendimentos familiares (fazendo com que a mulher, além dos seus familiares, gradativamente cristianizados, passem a dividir seu tempo entre o trabalho, descanso e os cuidados com a alma, além de terem como refrear os prazeres da carne, que antes não eram considerados impuros). Russell aponta que essa *evolução social* aconteceu em *praticamente todos os lugares* do globo, salvo algumas exceções:

Com exceção da América do Sul, a prostituição parece extar em declínio, em parte, sem dúvida, porque as mulheres dispõem de mais meios e vida do que antes, e em parte, também, porque é muito maior o número de mulheres hoje dispostas a terem relações extramaritais por inclinação e não por motivos comerciais (RUSSELL, 1996, p. 101).

É importante levar em consideração que estamos falando das primeiras décadas do século XX, e o fluxo de grandes populações para determinados pontos geográficos, seja para o comércio em busca de oportunidades ou dentre outros aspectos, fez com que a falta de estrutura básica nos centros urbanos fosse um grande problema e a contenção dos impulsos da sexualidade fez reduzir uma parte das transmissões de enfermidades. “No entanto, há sérias razões para se desejar ao mínimo a prostituição. Três são as objeções principais: primeira, o perigo para a saúde comunal; segunda, o dano psicológico que sofrem as mulheres; e, terceira, o dano psicológico que sofrem os homens” (RUSSELL, 1996, p. 101).

Parece que Russell já não percebe mais a expressão sexual apenas em outro contexto, como o religioso, com as sacerdotisas, como já citado. Ele canaliza sua reflexão para a exploração do corpo de um ser humano (geralmente do sexo feminino) em troca de algum tipo de compensação, a prostituição. No momento, ainda não refletindo especificamente sobre a exploração de quem se prostitui, mas sobre a saúde, que deve ser tratada com a intenção de reprimir males maiores: “naturalmente, a doença venérea poderia ser combatida com mais eficácia se não fosse considerada, como é, justo castigo do pecado” (RUSSELL, 1996, p. 101).

Obviamente que a questão de saúde, tanto do indivíduo quanto do grupo social em que ele está inserido, não é a única a ser levada em consideração, mas a dignidade de quem exerce esse ofício: “A prostituição, como existe atualmente, é o tipo da vida indesejável. O próprio risco de doença torna a prostituição um ofício tão perigoso quanto trabalhar com chumbo, mas, além disso, é uma vida desmoralizante” (RUSSELL, 1996, p. 102). Apesar de ser considerada uma das profissões mais antigas que este registro, é um ofício considerado bastante inferior na sociedade do século XX, e não melhor quista no século XXI. A pessoa que está consumindo o serviço está “usando uma pessoa de maneira tão íntima a ponto de haver a falta de respeito por ela como ser humano. Desse respeito, deriva toda a verdade moral” (RUSSELL, 1996, p. 103). Aqui, Russell acena, de forma valiosa, para um aspecto que geralmente é visto de forma tão secundária e marginal quanto a própria prostituição: a coisificação das pessoas e o impacto que sofrem os envolvidos. “Até onde me foi possível observar, as mulheres, cujas opiniões e sentimentos sobre o sexo não são sujeitos aos velhos tabus, têm mais capacidade de encontrar e de dar ampla satisfação no matrimônio do que podiam suas predecessoras vitorianas” (RUSSELL, 1996, p. 104).

O rapaz que, antigamente, sentia-se levado a visitas periódicas, pode agora ter relações com uma jovem de sua classe, relações livres de parte a parte, com um elemento psicológico tão importante quanto o puramente físico. Ainda, há uma condenável dose de amor apaixonado de ambos. Do ponto de vista de qualquer moral genuína, é um formidável progresso sobre o velho sistema (RUSSELL, 1996).

O filósofo britânico acreditava que o uso dos serviços de quem trabalha na prostituição faz do homem um sujeito que toma o sexo oposto de maneira diferenciada, e isso se inicia no próprio ato sexual de um casal como forma de dar e receber prazer. Cabe lembrar que as sociedades de padrões europeus têm por hábito olhar para o homem e admirar esse sujeito não só por conquistas profissionais, mas pessoais. O homem, para ter uma representação de “cavalheiro”, deve ser galante e, se possível, despertar um certo encanto. Evidentemente, aqui não estamos falando de atributos intelectuais, mas demonstração de “força e virilidade” que remontam a períodos bárbaros.

Somos levados a concluir que homem era (e talvez ainda seja) educado para ser um *cavalheiro viril*, tendo outras capacidades suas, como os desenvolvimentos racional e artístico, como uma necessidade social secundária, gerando um reflexo extremamente negativo quando esse homem for assumir um compromisso matrimonial com uma mulher. Vale lembrar que a mulher teve uma grande mudança em seu papel na sociedade nos últimos séculos, deixando de ser a *rainha do lar* para ter uma postura dinâmica. A mulher passou a ter uma vida tão intensa fora de casa quanto o homem, com atribuições e jornadas de trabalho semelhantes, havendo ainda muito para conquistar.

É perfeitamente possível de imaginar o atrito que será gerado pela união de dois sujeitos em que um ainda é educado e moldado seguindo padrões que permanecem pouco alterados durante séculos, e o outro (no caso, a mulher) cuja representação e participação na sociedade passaram por tantas transformações.

Cita-se, aqui, por questão de justiça, um elemento que, pelo contexto da pesquisa, acabou ficando esquecido. Além do homem ser educado para ser o sedutor, o conquistador, deixando sua eventual sensibilidade de lado, é importante não esquecer que é uma educação totalmente heteronormativa, fazendo com que o homem homoafetivo seja desconsiderado. Seria um grave erro deixar de citar que as relações homoafetivas só deixaram de ser criminalizadas em 1966 (lembrando que estamos falando da realidade britânica contemporânea). Para Russell, pareceu ser interessante comentar um pouco sobre o impacto disso na intimidade do casal, em que o homem, frequentador de prostíbulos, passa a buscar, na rela familiar, apenas a geração e filhos, ou um prazer individual e, às vezes, forçado e violento, negligenciando sua parceira. O autor afirma que “[...] a frequência total de coitos não desejados sofridos pela mulher é maior

no casamento do que na prostituição” (RUSSELL, 1996, p. 103). Ele ainda completa a ideia afirmando que o homem:

Adquire o hábito de sentir que não é necessário satisfazê-la para ter relação sexual. Se respeitar o código moral da praxe, também se inclinará ao desprezo pela mulher com quem tem relações [...]. Há, sempre, um homem incapaz de desejar relações com a mulher que ama e respeita profundamente (RUSSELL, 1996, p. 103).

Russell casou-se e separou-se diversas vezes e, ao que parece, ele era um admirado bastante convicto do sexo oposto. No período em que ele viveu (1872-1970), ainda era considerado socialmente inconveniente o sujeito separado. Russell conclui que “as relações sexuais devem causar satisfação mútua, e praticadas apenas por impulso espontâneo de ambos. Quando isso não sucede, ausenta-se tudo que vale a pena” (RUSSELL, 1996, p. 103).

No ponto de vista moral de Russell, as convenções sociais buscam trazer a felicidade dos membros da sociedade. A questão da sexualidade também é relevante nessa discussão e não pode ser deixada em segundo plano.

A moral das relações sexuais, quando liberta de superstições, pratica, essencialmente, o respeito pela outra pessoa e a recusa de usá-la como meio do próprio prazer pessoal, sem consideração pelos seus desejos (RUSSELL, 1996).

Como já citado, a nova participação da mulher na sociedade tem gradativamente feito com que a criação das pessoas também passe por lentas transformações, e o homem em formação passa a encarar a mulher de maneira diferente, e a mulher, por sua vez, pode encarar o homem de uma maneira menos opressora. Apesar de uma caminhada extremamente lenta, cada vez mais nos aproximamos de uma real igualdade de gênero, em que as pessoas cada vez mais se relacionam com atração mútua. Russell corrobora com o trecho: “Na minha opinião, a nova liberdade entre os jovens é causa de grande júbilo. Está produzindo uma geração de homens sem brutalidade e de mulheres sem melindres exagerados” (RUSSELL, 1996, p. 105).

É fato que ainda falta muito para que uma igualdade de gênero seja realmente alcançada, mas está ocorrendo um grande avanço nos paradigmas, uma conquista de direitos iguais entre pares.

## Referência

RUSSELL, Bertrand. **O casamento de moral**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.